

**EDNÉIA FÁZIO**

**FORMAÇÃO E PERFIL DOS ALUNOS DA ESCOLA  
PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (1990-2000)**

**FRANCA**

**2003**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**FORMAÇÃO E PERFIL DOS ALUNOS DA ESCOLA  
PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (1990-2000)**

**EDNÉIA FÁZIO**

Dissertação apresentada como condição para  
obtenção do título de Mestre em História e  
Cultura Política, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra.  
Suzeley Kalil Mathias.

**FRANCA**

**2003**

**EDNÉIA FÁZIO**

**FORMAÇÃO E PERFIL DOS ALUNOS DA ESCOLA  
PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (1990-2000)**

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Suzeley Kalil Mathias (UNESP/Franca) – Presidente

Prof.

Prof.

**Suplentes:**

Prof.

Prof.

FRANCA

2003

## **AGRADECIMENTOS**

Como todo trabalho acadêmico, este não foi feito por uma única mão, e sim por várias que ajudaram-me e estiveram ao meu lado durante esta caminhada. Agradecer a todos que contribuíram para a chegada deste trabalho a atual fase é impossível; mas, tentarei aqui lembrar de algumas pessoas, entre elas a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dra. Suzeley Kalil Mathias, que com sua paciência e muita dedicação, durante quase três anos de trabalho deu-me a oportunidade de concluir mais uma etapa profissional, tendo vezes, ou quase sempre, sido muito mais que uma orientadora. Aliás, não posso dizer que tivemos uma convivência professora – aluna, para mim foi muito mais; com todos os seus conselhos e “puxões de orelha” na hora certa e o seu entusiasmo para com a pesquisa fez-me passar a vê-la não apenas como orientadora, mas uma amiga e, muitas das vezes, como uma minha irmã mais velha, sempre movida de uma palavra confortadora a não deixar o desânimo tomar conta de mim.

Quero agradecer também ao Prof. Dr. Héctor Luís Saint-Pierre, pela oportunidade de participar do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) e do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA), onde tive a oportunidade de discutir com os demais membros do grupo o tema da pesquisa, além de fazer leituras imprescindíveis para o trabalho e acatar algumas sugestões para o andamento da pesquisa. Agradeço também pelo bate-papo informal e oportuno durante estes anos de convivência.

Não poderia esquecer, é claro, dos professores da Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, do curso de História, que durante seis anos estiveram envolvidos diretamente na minha formação acadêmica, em especial, agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dra. Teresa Maria Malatian e ao Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel, participantes da banca de qualificação deste trabalho e autores de considerações extremamente relevantes para o desfecho desta Dissertação.

Agradeço também ao Prof. Dr. Samuel Alves Soares pelas informações, presteza e, é claro, pela minha estadia na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa. Há também vários professores e funcionários da EsPCEEx, entre eles, o Major Kulhmann, o Capitão Pastore, o Tenente-Coronel Comandante Décio Luís Schons, o Tenente-Coronel Subcomandante Puchlski, o Tenente Coronel Comandante do Corpo de Alunos Gil, e tantos outros que, com toda atenção, cederam os documentos e as informações necessárias para a escritura desta Dissertação.

A dívida que tenho com todas estas pessoas é imensa; mas, ainda não falei de todos, ficou faltando os colegas, com quem troquei idéias, leituras, o andamento da pesquisa e, muitas vezes, a vida pessoal, como a Osana, a Claudiane, a Luciene, a Érica, o Paulo Sérgio, o Paulo Gustavo, o Alex, o Prof. Dr. Cláudio Silveira (com quem tive a oportunidade de apresentar um trabalho), o Raimundo (que sempre fez questão de perguntar se já havia terminado a Dissertação) e tantos outros que seria impossível lembrar agora.

Agradeço também aos meus pais, Joel e Suely por proporcionar esta oportunidade e suportar, durante estes anos, o meu mau humor e a minha incerteza transformados em isolamento familiar; e aos meus irmãos, Agnaldo, Mariluce, Marisa e Ednilson que jamais me cobraram algo, muito pelo contrário, sempre me apoiaram e, muitas vezes, participaram indiretamente deste trabalho, fazendo-me saber e entender o quanto é importante ter a família sempre perto. A todos a minha mais sincera gratidão e benevolência, em especial ao meu irmão Nivaldo, a quem dedico este trabalho.

Mas, há uma pessoa, em especial, que jamais se omitiu e sempre fez tudo para que eu chegasse até aqui, o Reginaldo - companheiro de todas as viagens feitas em busca de documentos ou de participação em congressos, e em todos os momentos da minha vida - com quem dividi tudo, pois sempre teve paciência para ouvir-me e dizer as palavras certas quando necessitava;

tenho certeza de sua torcida pelo meu sucesso, deixo aqui o meu muito obrigada por *estar, fazer e ser* parte da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer à CAPES pelo apoio financeiro que proporcionou o desenvolvimento desta pesquisa.

## Canção da EsPCEx

Letra: Al Sylvio Sartos M. Raimundo

Música: 1º Sgt. Mário Nogueira

No azul do firmamento,  
Cintilante apareceu  
A estrela abençoada  
Da Escola que venceu

EPC és gloriosa,  
Tua marcha é triunfal.  
Os alunos vão chegando  
Com seu garbo marcial.

Certos de que venceremos  
Luta mesmo desigual,  
Ombro a ombro marcharemos  
Para conquistar nosso ideal.

Teu destino está traçado,  
EPC nasceste pra vencer.  
Com seu garbo varonil  
Ó aluno, sempre avante  
Para maior glória do Brasil  
Hurra!

Fonte: site da EsPCEx: [www.espcex.unicamp.br](http://www.espcex.unicamp.br), consultado dia 24/02/2003, as 18:20 hs.

## **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é analisar o perfil do aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) para determinar qual profissional de armas o Brasil está formando. Para isso, tomamos como objeto de análise a EsPCEEx, sediada em Campinas, Estado de São Paulo, única forma de acesso do jovem cidadão à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, Rio de Janeiro, onde são formados os aspirantes do Exército. Enfocamos o perfil do aluno, no período compreendido entre os anos de 1990-2000 (este período foi determinado pelos dados que a EsPCEEx tem de seus alunos), no qual, com a introdução de novos métodos de ensino-aprendizagem na escola, foram promovidas algumas mudanças dentro da instituição. Assim, analisaremos o Regulamento de Admissão, o Regulamento Interno, os programas de aula e os dados referentes à origem do aluno. A importância deste estudo reside em traçar o perfil do militar que as Forças Armadas preparam em um regime democrático.

## **ABSTRACT**

The objective of this research is to analyze the profile of the student from the Preparatory School of Army Cadets (EsPCEx) to determine which weapons professional Brazil is graduating. To do this, we used as object of analysis the EsPCEx with headquarters in Campinas, São Paulo State, the only way of access that the young citizen has to the Military Academy of Agulhas Negras (Black Needles) (AMAN), located in Resende, Rio de Janeiro State, where are graduated the Army aspirants. We focus the student profile, in the period between the years of 1990-2000 (this period was determined through the datas that the EsPCEx has from their students), in which, with the introduction of new methods of teaching-learning in the school, were promoted some changes inside the institution. This way, we will analyse the Admission Regulation, Internal Regiment, the class programs and the datas referring to the students origin. The importance of this study dwell on tracing the profile of the military (soldier) that the Army prepare in a democratic political system.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>LISTA DE SIGLAS</b>   | 11  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 13  |
| <b>CAPÍTULO I – A ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (EsPCEEx)</b> | 22  |
| 1.1 A Fundação da Escola Preparatória de Cadetes do Exército               | 26  |
| 1.2 A mudança para Campinas  | 33  |
| 1.3 Importância da EsPCEEx para o Exército                                 | 37  |
| 1.4 Organização Administrativa   | 41  |
| <b>CAPÍTULO II – A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO MILITAR</b>                      | 45  |
| 2.1 Projeto EsPCEEx 2000   | 50  |
| 2.2 Sub-projetos   | 61  |
| 2.3 As disciplinas ministradas na EsPCEEx                                  | 70  |
| <b>CAPÍTULO III – O PERFIL DO ALUNO DA EsPCEEx</b>                         | 79  |
| 3.1 Processo de Admissão   | 82  |
| 3.2 Perfil dos Alunos  | 87  |
| 3.3 Desistência Profissional   | 103 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | 111 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>  | 114 |

## **LISTA DE SIGLAS**

**AMAN** – Academia Militar das Agulhas Negras

**ATREFA** – Acompanhamento do Treinamento Físico do Aluno

**Cel** - Coronel

**CEP** – Centro de Estudos de Pessoal do Exército

**CM** – Colégio Militar

**CPM** – Código Penal Militar

**DEP** – Departamento de Ensino e Pesquisa

**DESHAES** – Programa de Desenvolvimento de Hábitos de Estudo

**DFA** – Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento

**E – 1** – Estatutos dos Militares

**EAf** – Exame de Aptidão Física

**ECEME** – Escola de Comando e Estado Maior do Exército

**EE** – Estabelecimento de Ensino

**EI** – Exame Intelectual

**EME** – Estado Maior do Exército

**EPF** – Escola Preparatória de Fortaleza

**EPPA** – Escola Preparatória de Porto Alegre

**EPSP** – Escola Preparatória de São Paulo

**ES** – Exame de Suficiência

**EsAO** – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

**ESPC** – Escola Preparatória de Campinas

**EsPCEx** – Escola Preparatória de Cadetes do Exército

**EsSA** – Escola de Sargento de Armas

**EsSAEx** – Escola de Administração do Exército

**EsSEEx** – Escola de Saúde do Exército

**EsTAPAE** – Estágio de Atualização Pedagógica

**FE** – Faculdade de Educação

**F.E.B.** – Força Expedicionária Brasileira

**IS** – Inspeção de Saúde

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**MERC** – Metodologia para a Elaboração e Revisão de Currículos

**POV** – Programa de Orientação Vocacional

**PLADIS** – Plano de Disciplina

**QCO** – Quadro Complementar de Oficiais

**R – 114** – Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Exército

**R.D.E.** – Regulamento Disciplinar do Exército

**R.I.S.G.** – Regulamento para Instrução e Serviços Gerais

**SAMAN** – Seleção para a Academia Militar das Agulhas Negras

**SIPA** – Sistema de Informações para Construir o Perfil do Aluno

**TG** – Trabalho em Grupo

**TI** – Trabalhos Individuais

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

## Introdução

Há várias obras sobre o tema Forças Armadas, pois os militares sempre atuaram no cenário político de nosso país e são lembrados constantemente pela sociedade civil por terem assumido o governo federal em 1964 e nele permanecido até 1985. Para muitos historiadores, o interesse em pesquisar tal tema está, principalmente, na explicação do porquê da intervenção militar na política dos anos 60, construindo um regime que perdurou até meados dos anos 80, ou na descrição da evolução dessa instituição, abordando o período político em determinados momentos.

Segundo Leirner, o interesse direto desta linha historiográfica em explicar tais questões militares

induz a um recorte suficiente apenas para mostrar os militares como uma organização que tende à endogenia, levando assim a uma explicação para sua autonomia sendo que ninguém procurou entender os militares apenas pela própria organização social militar, pelas suas características internas, específicas e exclusivas, a partir da constituição de um mundo próprio e, como tal, não-familiar aos civis.<sup>1</sup>

Antônio Carlos Peixoto, autor de uma análise sobre os trabalhos referentes à instituição militar, chama a atenção para o fato de que não há muitas obras abordando tal tema, sendo o poder explicativo de tais pesquisas desigual e insuficiente, pois nenhuma delas

conseguiu reunir elementos suficientes para esclarecer, simultaneamente, a natureza e as características intrínsecas da instituição militar brasileira, de seu desenvolvimento histórico e de suas manifestações políticas.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 11-12.

<sup>2</sup> PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e Política no Brasil. In.: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, p.28.

Os dois autores citados, embora apresentem opiniões parcialmente diferentes quanto à instituição militar, concordam em algo: a necessidade de se conhecer as características internas das Forças Armadas para que possamos explicar não apenas o sentido das diversas intervenções por elas promovidas na política, mas sua inserção na vida da nação.

Quando nosso universo de análise é a História, observa-se a inexistência de uma historiografia sobre a formação dos militares; há escassos trabalhos que se debruçam sobre a inserção dos militares no processo político brasileiro pós-64 e, menos ainda, sobre essa participação castrense no processo de transição para a democracia e para a Nova República. É devido à falta de uma abordagem histórica que surgiu esta pesquisa, visando uma reflexão sobre a formação dos militares após o retorno destes à caserna.

A análise do ensino militar de nível médio, ministrado na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, e o perfil de seus alunos são os temas centrais deste trabalho, pois a EsPCEEx está inserida e ajustada em um sistema maior que são os interesses do Exército, consistentes na preparação do aluno para a AMAN<sup>3</sup>, localizada em Resende, no Rio de Janeiro. O período de análise desta pesquisa (1998-2000), foi “imposto” pelos dados relativos aos alunos da EsPCEEx que conseguimos. Entretanto, para as questões que vão além do perfil dos alunos, principalmente os relativos à Modernização de Ensino do Exército, abordamos um período de dez anos (1990-2000). Este último é de significativa importância para o ensino militar da EsPCEEx, pois é nele que justamente ocorrem mudanças substanciais para toda a profissionalização castrense.

A partir de 1990, apenas os alunos oriundos da EsPCEEx podem cursar a AMAN

---

<sup>3</sup> O curso oferecido pela AMAN equivale a um Curso Superior, sendo ministrados o Ensino Universitário e o Ensino Profissional, no decorrer de quatro anos, formando os oficiais combatentes das Armas, do Quadro, do Material Bélico e do Serviço de Intendência. Concluído o curso, o aspirante será qualificado para ocupar os cargos destinados aos postos de Tenente ou de Capitão das organizações militares do Exército Brasileiro. Anualmente, ingressam cerca de 600 cadetes e concluem o curso uma média de 550 Aspirantes-a-Oficial. Cf: *EME – Estado Maior do Exército*. Extrato da Lei do Ensino Militar, 1ª Subchefia, dez. 1997.

proporcionando uma mudança significativa do perfil dos Oficiais; o ano de 2000 foi escolhido por conter dados referentes à situação sócio-econômica dos alunos, indispensável para traçar o perfil desses jovens.

Sabemos que a chamada *História do Tempo Presente* enfrentou argumentos que a condenavam. Mas, nela encontramos desafios novos para o fazer profissional e a pesquisa acadêmica, justamente como informa François Dosse:

ela não enceta apenas a abertura de um período novo, em que o que está muito próximo se mostra ao olhar do historiador. Ela é também uma história diferente, que participa das orientações novas de um paradigma buscando na ruptura com o tempo único e linear e que pluraliza os modos de racionalidade.<sup>4</sup>

Por isso, acreditamos ser extremamente relevante conhecermos a inserção das Forças Armadas no processo político, uma vez que esta foi uma das questões mais discutidas durante o processo conhecido como distensão-abertura, principalmente no período imediatamente anterior à Constituição Federal de 1988 que definiu, sem grandes alterações, a situação desta instituição estatal, fornecendo parâmetros estáveis para a continuidade do processo democrático.

Como conhecer a consistência da democracia sem saber como as Forças Armadas subordinam-se ao poder civil? Será esta subordinação apenas instrumental (e, portanto, passageira), ou imprime-se ao *ethos* castrense? Neste último caso, o Brasil estaria preparado para, do ponto de vista das relações entre civis e militares, a consolidação do regime democrático?

Essas são questões que buscamos responder neste trabalho, mesmo que nem sempre em sua totalidade. Na busca destas respostas é que se insere a opção pela História do Tempo Presente, justamente aquela que dá condições de avaliar uma instituição que sofre uma inflexão importante no período mais recente de nossa história.

---

<sup>4</sup> DOSSE, François. **A História à prova do Tempo**: da História em Migalhas ao Resgate do Sentido. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 92-93.

As Forças Armadas não são objeto considerado valioso pela classe intelectual brasileira. Muito ao contrário, independentemente da disciplina, essa instituição, embora tenha grande participação na história política do Brasil, é tratada como irrelevante. Apesar de raras, há, entretanto, algumas obras que retratam o mundo desta instituição, entre elas podemos citar os trabalhos de: Jehovah Motta, Celso Castro, Samuel Alves Soares, Valeriano M. Ferreira Costa, Antônio Carlos Will Ludwig,<sup>5</sup> dentre outras, que também mencionam as especificidades da instituição, como a organização, a hierarquia, o ensino militar, a profissionalização, etc. Entre os nomes citados, como se pode reparar, não há nenhum historiador. Além disso, todos esses pesquisadores retratam apenas uma das instituições – o Exército –; a Aeronáutica e a Marinha foram pouco pesquisadas, o que dificulta o conhecimento das Forças Armadas e seus ramos específicos, isto é, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

É verdade que este interesse pelo Exército é explicado por sua maior participação política (em detrimento, por assim dizer, da participação mais técnica e insular das Forças irmãs) desde 1821 (primeira intervenção das Forças Armadas na condução do processo político brasileiro). Exemplo dessa participação é retratado em episódio do dia 05 de junho de 1821: diante de uma sublevação do Exército, o príncipe D. Pedro foi obrigado a ceder o poder ao Comandante da tropa Avilez, como podemos ver no trecho a seguir, retirado da obra de Varnhagen:

O mesmo príncipe, que nessa manhã se havia mostrado demasiado violento, ostentou agora a maior calma e sangue-frio, e ninguém diria que se estava assistindo ao rebaixamento da sua autoridade. Quando se instalaram todos na sala, apresentou-se a pedir a palavra o

---

<sup>5</sup> A bibliografia dos autores citados acima é: MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: Ed. Comp. Brasileira de Artes Gráficas, 1976; CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990; SOARES, Samuel Alves. **Militares e Pensamento Político** análise de Monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993). São Paulo: FFLCH/USP, 1994 (Dissertação de Mestrado); COSTA, Valeriano M. Ferreira. **Ressentimento e Revolta**. Formação Cultural e Radicalização Política dos Jovens Oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889. São Paulo: FFLCH/USP, 1990 (Dissertação de Mestrado); LUDWIG, Antonio C. Will. **A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática**. Campinas, São Paulo: FE/UNICAMP, 1992 (Tese de Doutorado).

padre José Narcísio; e dizendo que ia falar em nome do povo, perguntou-lhe o príncipe onde estavam as provas da sua missão; lhe respondeu que, se quisesse, dentro de duas horas lhe apresentaria 400 assinaturas. –“E eu, retorquiu o príncipe, dentro de dois minutos apresentaria 2.000 em contra”. A isso intervieram alguns oficiais, declarando que, não estando eles habituados a orar, haviam pedido ao padre, que era pregador, que fosse deles o órgão. –“Bem, prosseguiu então o príncipe, ouvi-lo-ei da parte dos oficiais e da tropa. Mas devo-lhes advertir que a tropa não é a Nação: pertence à Nação; mas, como tropa, nem é admitida a votar nas eleições. Aqui temos a Câmara, que é uma autoridade, poderá com mais direito usar da palavra em nome da Nação, e aqui estão os eleitores por mim convocados que poderão falar em nome do povo.

Sendo-lhe pelo padre, em nome da tropa, pedida a demissão do Conde dos Arcos, perguntou ele: “E quem o há de substituir?” Respondeu-lhe que a ele competia a nomeação. –“Bem, mas quem julgam bom?” Proferindo em seguida alguns nomes, lembrou-se um oficial de citar o desembargador do Paço, Pedro Álvares Dinis, que era da sua terra. Ao que respondeu logo o príncipe: “Pois será o desembargador Álvares Dinis”.<sup>6</sup>

Esta passagem da obra de Varnhagen, marca a primeiro momento, na História do Brasil, em que as Forças Armadas foram atores principais de um momento decisivo, contando inclusive, com o apoio de civis.

Assim, a despeito da relevante participação do Exército, há uma grave falta de trabalhos sobre esta instituição que é, como explicaremos abaixo, uma instituição total e se atribui, desde sua formação enquanto Força Armada, o papel de representar a nacionalidade brasileira, arrogando-se a responsabilidade pela unidade nacional e conservação das fronteiras. Trata-se, pois, de avaliar a pertinência desta reivindicação e também sua permanência (indevida) no regime democrático.

Vale dizer que as três Forças são compostas de pessoas, e absorvem grande parte de seu

---

<sup>6</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 124.

tempo e de seus interesses proporcionando, de certo modo, um mundo próprio ou “tendências absorventes” aos seus membros. A “tendência absorvente” é tratada por Goffman como:

A tendência absorvente ou totalizadora esta simbolizada pelos obstáculos que se opõem à interação social com o exterior e o êxodo dos membros, e que freqüentemente adquirem forma material: portas trancadas, muros altos, arame farpado, precipícios, rios, bosques ou pântanos.<sup>7</sup>

Ao longo de sua história, o Exército brasileiro, sempre demonstrou uma preocupação quanto à formação e renovação de seus quadros<sup>8</sup>; para manter-se enquanto instituição necessita reproduzir nos seus membros o seu modo de pensar, e também capacitar o soldado para suas funções precípuas, isto é, “para como se comportar na guerra, para matar e morrer pela Pátria, identificar o inimigo, cumprir ordens, e saber, quando necessário dar essas ordens”.<sup>9</sup>

Para isso, no processo de formação do seu profissional, tem de fornecer às suas escolas uma direção intelectual e moral para a interiorização de uma concepção de mundo aos seus quadros, iniciada desde cedo na vida daquele que sente vocação ou é impelido à profissionalização. Segundo Conceição, na busca dessa manutenção, a educação militar ocupa função importante, pois é o principal caminho para se introduzir as modificações na instituição.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> La tendencia absorbente o totalizadora está simbolizada por los obstáculos que se oponen a la interacción social con el exterior y la éxodo de los miembros, y que suelen adquirir forma material: puertas cerradas, altos muros, alambre de púa, acantilados, ríos, bosques o pantanos. Cf: GOFFMAN, Erving. **Internados**. Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores, 1972, p. 18. A tradução de todos os livros estrangeiros citados neste trabalho foi feita por nós.

<sup>8</sup> Há várias obras que descrevem a evolução do Exército brasileiro, entre elas podemos citar algumas: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996 e do mesmo autor: **As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**. In.: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1978, livro 2º. Cap. V, vol. 2, tomo III; SODRÉ, Nelson W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965; ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1984.

<sup>9</sup> Essas definições, citadas acima, foram extraídas do Estatuto dos Militares que regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas. Cf: **Ministério do Exército. Estatuto dos Militares**. Brasília, Distrito Federal. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

<sup>10</sup> CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **A educação e a formação militar de nível médio**: a EsPCEEx – análise de alguns elementos. São Paulo: UFSCAR, 1990 (Dissertação de Mestrado). Este é um dos poucos trabalhos sobre a educação militar e que nos levou a essa pesquisa.

Segundo análise de Azevedo, que trabalhou mais de dezoito anos em estabelecimentos militares,

cada um de nós vive em um grupo, quase sempre semifechado com uma filosofia de vida e uma visão peculiar do mundo e dificilmente os integrantes de cada grupo conseguem decodificar o que vai na cabeça dos integrantes dos outros.<sup>11</sup>

Diante de tais especificidades dos grupos sociais, utilizaremos a definição de Goffman sobre os quartéis como instituições totais que

pode se definir como um lugar de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos em igual situação, exilados da sociedade por um período estimado de tempo, repartem em sua reclusão de uma rotina diária, administrada formalmente.<sup>12</sup>

Por formarem uma instituição total, Leirner aponta que as Forças Armadas buscam constantemente uma identidade própria, diferenciando-se dos outros grupos sociais e demarcando o seu posicionamento peculiar ou não em relação aos processos de leitura e significação da realidade, operacionalizando um padrão de relações com o mundo externo; e, ainda, não podemos nos esquecer que fazem parte do Estado – são constituintes do Estado e no Brasil, constitucionalmente definidas como instituições nacionais e permanentes – formam mentalidades, possuem uma educação própria voltada para seus objetivos particulares e direcionada à formação de seus quadros, que irão representá-las segundo as instruções recebidas. Sem conhecermos esta identidade própria que diferenciam os militares da sociedade civil, não entenderemos as intervenções políticas acontecidas ao longo da história brasileira, daí a necessidade de pesquisar o ensino militar.

---

<sup>11</sup> AZEVEDO, Pedro Ernesto Mariano de. *Militares, você os conhece...* Cf: **Revista do Exército Brasileiro**, vol. 135, 2º trimestre de 1998, p. 99.

<sup>12</sup> Uns institución total puede definirse como un lugar de residencia y trabajo, donde un gran numero de individuos en igual situación, aislados de la sociedad por un periodo apreciable de tiempo, comparten en su incierro una rutina diaria, administrada formalmente. Cf: GOFFMAN, Op.cit., p. 13.

Além disso, conforme apresentado, há uma precariedade de informações e pesquisas acadêmicas referentes à formação do militar e é diante de tal precariedade que propomos pesquisar a formação do oficial brasileiro enfatizando a educação militar, especificamente a do Exército, possibilitando-nos conhecer a formação e o perfil de seus quadros e assim compreendamos suas ações passadas e presentes.

Com base nestas leituras, chegamos a uma pergunta que nos levou a pesquisar o sistema educacional militar do Exército: Quem são os militares brasileiros? Constituem eles uma instituição peculiar? Como são educados formalmente para se erigirem enquanto uma instituição diferente e particular?

O ensino militar brasileiro foi escolhido como uma das vias para se conhecer os militares e o Exército, dada sua finalidade de proporcionar aos quadros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica a habilitação que a sua reprodução requer, tanto em relação à ocupação dos cargos e quanto relativamente ao desempenho de funções, previstas na sua organização. Segundo a análise de Castro,

para compreendermos quem são os oficiais do Exército de hoje e das décadas que virão é preciso mais do que nunca estudar a própria instituição militar, e não pressupor determinações de visão de mundo ou de comportamento social decorrentes de sua inserção em alguma “classe” de contornos mal definidos. É preciso estudar, entre outras coisas, o sistema educacional militar, o cotidiano das famílias e as experiências mais importantes da carreira. Sem isso, conheceremos muito pouco de um mundo cada vez mais fechado e isolado do mundo civil.<sup>13</sup>

Assim, dividimos esta Dissertação em três capítulos:

Para dar conta da temática escolhida, no primeiro capítulo, abordamos a organização das Forças Armadas visando compreender o seu funcionamento, o início das atividades da EsPCEEx e

---

<sup>13</sup> CASTRO, Celso. *A origem social dos militares. Novos dados para uma antiga discussão*. Cf. **Novos Estudos Cebrap**, n°37, nov. de 1993, p. 229.

a sua importância para a história do Exército brasileiro na formação de seus futuros oficiais combatentes.

No segundo capítulo, abordamos o processo de modernização do ensino militar do Exército direcionado a qualificar melhor os soldados para acompanharem as mudanças no cenário internacional e nacional, bem como as mudanças educacionais que ocorreram na Escola nos anos noventa.

No terceiro e último capítulo, apresentamos dados quantitativos sobre as características pessoais dos alunos da EsPCEX, nos últimos três anos e traçamos o perfil do educando da Força de terra, perfil este que será a base da formação dos futuros Oficiais do Exército brasileiro.

## **CAPÍTULO I**

### **A ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (EsPCE<sub>x</sub>)**

As Forças Armadas direcionam grande parte do tempo na formação dos oficiais que integrarão seus quadros. Essa preparação, atualmente, envolve três estágios: o primeiro, é realizado nos Colégios Militares – estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio – e nas Escolas Preparatórias (Ensino Médio); o segundo, nas Academias, consideradas estabelecimentos de Ensino Superior; e o terceiro, em instituições que podem ser consideradas como os cursos de Pós-graduação do ensino civil, direcionadas para cursos de Estado-Maior. Apenas aqueles que passam por todas estas etapas, chegam ao topo da carreira, isto é, oficiais-generais no caso do Exército e seus equivalentes (Almirantes e Brigadeiros) nas outras Forças.

Para que possamos entender a importância do ensino nos degraus da hierarquia militar, que segundo Leirner

além de ser um princípio geral, *norteia* toda a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. Além disso, ela determina o modo pelo qual o conhecimento e as informações são produzidos e circulados no interior da tropa.<sup>14</sup>

A importância da hierarquia para o funcionamento da instituição militar e para os postos almejados pelos oficiais é extremamente relevante, pois, sem a conhecermos, dificilmente entenderíamos o porquê dos presidentes militares serem todos Generais. Assim, apresentaremos a seguir a estrutura organizacional do Exército brasileiro que, em ordem hierárquica, consiste nos seguintes postos e graduações respectivamente:

---

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*, p. 53, grifos do autor.

**TABELA 1-Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro**

| <b>POSTOS</b>               | <b>GRADUAÇÕES</b>  |
|-----------------------------|--|
| Oficiais Gerais             | General de Exército<br>General de Divisão<br>General de Brigada                                      |
| Oficiais Superiores         | Coronel<br>Tenente-Coronel<br>Major  |
| Oficial Intermediário       | Capitão  |
| Oficiais Subalternos        | 1º Tenente<br>2º Tenente<br>Aspirante a Oficial  |
| Subtenentes e Sargentos     | Subtenente<br>1º Sargento<br>2º Sargento<br>3º Sargento  |
| Cabos, Taifeiros e Soldados | Cabo<br>Taifeiro-Mor<br>Taifeiro de 1ª Classe<br>Taifeiro de 2ª Classe<br>Soldado (não usa insígnia) |

Fonte: EME – Estado Maior do Exército. 1ª subchefia, dezembro de 1997.

Como podemos observar na tabela 1, para chegarem aos postos de Oficiais Superiores, os militares têm de passar, necessariamente, pelos postos de Oficiais Subalternos e Intermediários, o que demanda cursar várias das muitas escolas militares a possibilitar a ascensão hierárquica. Esta ascensão se dá mediante o grau de escolarização dos oficiais; ao adentrar nas escolas militares o aluno recebe automaticamente um posto e, à medida que conclui o curso ministrado nos Estabelecimentos de Ensino (EE), vai ascendendo, gradativamente, a hierarquia.

**TABELA 2-Formação Militar do Exército**

| <b>Escolas</b>                               | <b>Graduações</b>          |
|--|----------------------------|
| Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME)     | General                    |
| Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) | Coronel                    |
| Escola de Sargento das Armas (EsSA)          | Capitão                    |
| Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)   | Tenente ou Capitão         |
| Escola Preparatória de Cadetes (EsPCEX)      | Reservista de 2ª Categoria |

Fonte: Site Oficial do Exército Brasileiro: [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br). Acesso em: maio de 2002.

Para chegar ao posto máximo da graduação (Tabela 1), os oficiais têm de obrigatoriamente, cursar as Escolas militares que constam na tabela acima, pois hierarquia e escolarização caminham juntas na composição dos quadros do Exército; mas, a educação não é a única maneira de mudar de posto, há também o esforço pessoal de cada oficial como, por exemplo, um bom desempenho nas atividades, a classificação como primeiro aluno de turma, proporcionando aos mesmos, medalhas, diplomas, cursos a serem realizados ao longo de sua carreira e que classificam um militar. Ou seja, o Exército Brasileiro, bem como as Forças Armadas em geral, é uma instituição meritocrática, fundada na educação e, dentro desta, na discriminação dos melhores. Isto pode ser comprovado pelo estudo de Leiner. Para ele, há

uma espécie de pontuação na carreira militar: somam-se a ela notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas, elogios e condecorações, assim como dela se subtraem punições e repreensões. Tudo isso, em conjunto, forma o *mérito* que o militar deve possuir para poder prosseguir na escala hierárquica.<sup>15</sup>

Portanto, para mudar de posto, não basta cursar as escolas militares, deve-se ter uma classificação e também tempo de serviço que contribua para a mobilidade na escala hierárquica.

---

<sup>15</sup> Idem, Ibidem, p. 84, grifos do autor.

A partir da data de formatura na AMAN, começa-se a contar o tempo de serviço de cada oficial que permanece um determinado tempo de serviço dentro de cada patente, fator também – além do mérito – levado em conta na hora da sua promoção.

Cabe ressaltar que nem sempre hierarquia e escolarização caminharam juntas no interior do Exército. Até meados dos anos 80, um oficial poderia ser nomeado pelo seu superior e assim mudar de graduação, sem necessariamente ter cursado determinada escola. Está é apenas uma das muitas modificações na estrutura interna da Força, redundante em outras medidas educacionais, como veremos ao longo deste texto.

Como já informado, neste primeiro capítulo, passar-se-á em revista a fundação da EsPCEEx - cujas atividades foram iniciadas na cidade de São Paulo - sua transferência para a cidade de Campinas e a importância da Escola na formação dos quadros do Exército brasileiro.

### **1.1 A fundação da Escola Preparatória**

Com o fim da República Velha, o Exército brasileiro promoveu a revisão dos princípios da disciplina e da hierarquia militar que, até então, haviam sido constantemente violados. Na análise de Coelho “tais questões pediram urgente tratamento quando em 1937 a liderança do Exército tornou-se avalista do Estado Novo, um regime militar em sua essência” que, para se sustentar, necessitava de um alto grau de disciplina e de efetividade do sistema de comando e, sem liderança militar, dificilmente os seus mandos seriam obedecidos e a resistência seria grande, faltando, assim, as condições para a sustentação do regime e da concepção de Estado nele incorporada. Assim, naquele momento, ainda segundo Coelho, “a construção do Estado Novo e a institucionalização da ‘identidade’ do Exército eram uma mesma e única empresa”.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política nacional brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000, p. 109. grifos do autor.

Durante o Estado Novo, definiu-se o papel da organização militar na sociedade brasileira através da Constituição de 1937, que designou o comando das Forças Armadas ao Chefe do Poder Executivo e deu início à sua reforma estrutural com a disciplina restabelecida, a instrução aprimorada e instalações apropriadas para a formação dos seus quadros.

A inspiradora dessa reforma do Exército brasileiro foi a Missão Militar Francesa trazida ao Brasil, no primeiro semestre de 1919, pelo General Maurice Gustave Gamelin,<sup>17</sup> colhendo dados para o projeto de instrução e reorganização do Exército. Em 1920, a Missão Militar Francesa começou suas atividades e, segundo Rouquié, passou a organizar e direcionar os caminhos da educação militar, pois

à dispersão dos efetivos pelo território à maneira de corpos de polícia, sucederá a formação de grandes unidades prontas para qualquer manobra e coordenadas por um Estado-Maior concebido segundo um plano francês. Os oficiais, que recebiam até então, no melhor dos casos, uma educação livresca e muito intelectualizada, recebem a partir de então, em todos os níveis, uma sólida formação militar sob as ordens dos instrutores franceses, inclusive na Escola Militar, a partir de 1924. Uma série de escolas de aplicação e de serviços auxiliares é criada.<sup>18</sup>

A influência da missão militar francesa não se restringiu apenas à transferência de tecnologia e à consultoria de especialistas, englobou a preparação da defesa nacional e a elaboração de uma doutrina de guerra. Como exemplo, podemos citar a reforma do método de recrutamento dos oficiais que ficou a cargo dos franceses, tornando a passagem pela Escola Militar obrigatória, a partir de 1924, para a obtenção da patente de oficial e tendo como objetivo

---

<sup>17</sup> O General Gamelin foi formado em Saint-Cyr. Aos 48 anos, acumulava vasta experiência como membro do Estado Maior e, em seguida, como chefe de gabinete do marechal Joffre, comandante dos exércitos franceses durante a Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de um oficial de alta qualificação, testado nos campos de batalha da mais devastadora das guerras então conhecidas. Cf: DOMINGOS, Manuel. *A disputa pela Missão que mudou o Exército*. Cf: **Revista Estudos de História**. Franca: FHDSS. Vol., 08, n° 01, 2001, p. 212.

<sup>18</sup> Idem, Op. cit., 1984, p. 101.

aumentar a hegemonia e o espírito de corporação dos quadros, além de implicar na autonomia de recrutamento. Esta nova forma de recrutamento, segundo análise de Rouquié implicava

em uma seleção segundo critérios teoricamente objetivos e universalistas. Os oficiais de escola são, portanto, inteiramente cooptados por seus pares, em função da imagem que estes têm do oficial e das necessidades da instituição.<sup>19</sup>

Duas foram as principais mudanças para a organização militar e seu papel: o Regulamento Disciplinar do Exército (R.D.E.) e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (R.I.S.G.). Passou a Força a ter o controle de seus quadros, além de ter aumentado, segundo Carvalho, “o poder político da organização ao reduzir a possibilidade de quebras da hierarquia através da ação autônoma de escalões inferiores”.<sup>20</sup>

Assim, o Exército foi se modernizando e, já em 1937, todos os membros do Alto Comando das Forças de Terra haviam sido formados pelos franceses, assim como todos os ministros da Guerra que se sucederam de 1934 até 1960.<sup>21</sup>

Resumindo, a importância desta Missão para o Exército foi bastante grande e podemos citar: modificou a organização do treinamento, os critérios de promoção ao Oficialato, a preparação dos currículos e métodos de estudo nas escolas militares, a estruturação e atitudes de combate das unidades, e criou o Estado-Maior para administrar a formação, estabelecer os interesses da Força e coordenar toda a corporação militar.

Segundo Chacon, um estudioso do período,

até, pelo menos, a geração do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, a formação e postura do Oficial brasileiro eram substancialmente francesas, além do mecanismo onde operava, a

---

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, p. 105-106.

<sup>20</sup> Idem, *Op. cit.*, 1978, p.200.

<sup>21</sup> Estas informações foram retiradas da obra de ROUQUIÉ, *Op.cit.*, 1984, p. 102.

ponto de surgirem dificuldades de adaptação quando da presença da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) na Segunda Guerra Mundial.<sup>22</sup>

Embora tenha contribuído grandemente para a modernização do Exército, a Missão Militar Francesa foi aos poucos perdendo espaço para a Missão Militar Americana, que soube aproveitar muito bem a Segunda Guerra Mundial, fornecendo novos equipamentos militares e financiando até indústrias siderúrgicas.

Essa aproximação do Brasil com os Estados Unidos foi se concretizando gradativamente, através do fornecimento dos armamentos aos recrutas da F.E.B. e do acompanhamento dos mesmos até a Itália, onde lutaram lado a lado com o 5º Exército Americano. A convivência com um corpo militar moderno, como era o norte-americano, além de ter sido ele o vencedor na guerra, condicionou certas mudanças no Exército brasileiro, principalmente no que diz respeito à sua participação na política, mas não foram tão importantes como a Missão Francesa. Segundo Lieuwen,

à medida que os Exércitos lutaram para se aproximar de seus modelos ideais, tiveram de estabelecer todos os tipos de organizações e departamentos especializados que exigem conhecimentos raros ou não-existent em suas sociedades.<sup>23</sup>

Além de novos equipamentos militares, os Estados Unidos investiram no desenvolvimento industrial, com aplicação imediata na tecnologia de guerra, redes de comunicações terrestres, material rodante e vias permanentes.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> CHACON, Vamirech. **Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista (1937-1964)**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1977. p. 62.

<sup>23</sup> LIEUWEN, Edwin & et alii. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1964, p. 98-97.

<sup>24</sup> Uma grande obra, realizada neste período, foi a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Para obter maiores dados referentes às mudanças no Exército brasileiro durante o Estado Novo consultar a obra de Simon Schwartzman. **Estado Novo, um Auto-retrato**. Brasília: Ed. UNB, 1983, p. 193-195.

Entre todas as mudanças ocorridas no Exército em decorrência da participação do Brasil na II Guerra Mundial, uma merece destaque neste trabalho: a reformulação do sistema de ensino, em 1939, que levou a uma nova Lei do Ensino Militar, segundo a qual somente os alunos dos Colégios Militares e das Escolas Preparatórias poderiam prestar o exame de admissão da Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro). Esta escola tinha o objetivo de formar as futuras gerações de oficiais do Exército, tendo sido, em 1944, transferida para um novo local, o Pico das Agulhas Negras, localizado em Resende, Estado do Rio de Janeiro que nessa época, segundo Castro

ainda era considerado a *mais alta montanha do Brasil*. Além disso, fazia parte do maciço central brasileiro – espinha dorsal do território nacional – e era de idade geológica muito antiga – outro aspecto de forte apelo simbólico. Para os que inventavam novas tradições, o pico das agulhas Negras era visto, enquanto “síntese fisiográfica” do maciço central, como um *símbolo da unidade estrutural* do Brasil, da mesma forma que o Exército o era da Nação e a Academia o era do Exército.<sup>25</sup>

Foi nessa época de grandes mudanças na estrutura organizacional e de conquistas materiais do Exército que foi criada a Escola Preparatória de Cadetes do Exército – um estabelecimento de ensino militar, correspondente ao que atualmente nomeia-se Ensino Médio, com a finalidade de preparar e avaliar a vocação dos candidatos para o ingresso na segunda fase de formação militar, passagem obrigatória para todos os aspirantes ao oficialato no Exército.

A origem da EsPCEX remonta a 27 de fevereiro de 1939, data em que o Colégio Militar de Porto Alegre (RG)<sup>26</sup> foi transformado em *Escola de Formação de Cadetes*. Esta foi a primeira

---

<sup>25</sup> CASTRO, Celso. *Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar*. Cf. **Estudos Históricos**, vol. 07, nº 14. Rio de Janeiro, 1994, p.236, grifos do autor.

<sup>26</sup> O ensino nos Colégios Militares ministra desde a 5ª série do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio e destinam-se ao ensino preparatório e assistencial, sendo que atualmente o ingresso é feito por meio de concurso público para cada colégio localizados nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Campo Grande, Fortaleza, Juiz de Fora, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e Santa Maria. O Colégio Militar de Brasília é o maior deles, com mais de 3.000 alunos. Cf. *EME – Estado Maior do Exército. Extrato da Lei do Ensino Militar*, 1ª Subchefia, dez. 1997.

Escola Preparatória conhecida no Brasil. Desde o início, teve uma grande procura pelos jovens, não só da região como de outras localidades do Brasil.

Dada a demanda e a distância da Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA) em relação, principalmente, ao centro político do país, o então Ministério da Guerra, considerando não ser a EPPA suficiente para acolher o grande número de candidatos à Escola Militar do Realengo e que a cidade de São Paulo, por sua importância como centro de cultura, população e padrão de civismo reunia todas as condições para sediar uma escola desta natureza, criou por meio do Decreto-lei nº 2584, em 17 de setembro de 1940, a Escola Preparatória de São Paulo (EPSP).

O edifício destinado ao hospital Sírio-Libanês, situado na rua da Fonte, nº 91, bairro Bela Vista (bairro central da capital) foi requisitado pela interventoria do Estado, representada por Adhemar de Barros, para a instalação da EPSP que começou a funcionar no dia 02 de junho de 1941. O Ministro da Guerra, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, aprovou a escolha do prédio e indicou para dirigir a Escola o Coronel da Arma de Artilharia Otávio Saldanha Mazza.

O ingresso da primeira turma na Escola deu-se mediante concurso público e as inscrições foram realizadas no período de 1º a 15 de abril de 1941, iniciando suas atividades como estabelecimento de ensino militar no dia 02 de junho do mesmo ano, sendo admitidos apenas candidatos ao 3º ano do curso oferecido pelo EPSP.<sup>27</sup>

Em 1942, outra Escola seria criada: a Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), no Estado do Ceará, pois havia um número considerável de jovens que se direcionavam para as Escolas Preparatórias de Porto Alegre e São Paulo, daí a necessidade de ter uma terceira escola, e numa região que contribuía com um número expressivo de candidatos.

---

<sup>27</sup> Na Escola Preparatória eram ministrados os três anos do antigo 2º grau, mas no seu primeiro ano de funcionamento foi ministrado apenas o último ano, com as especificidades de um estabelecimento de ensino militar.

O equilíbrio na porcentagem de alunos das três escolas durante a década de quarenta era nítido, assim como a porcentagem daqueles que permaneceram na carreira militar, como se pode observar no quadro abaixo, referente ao ano de 1947.

**TABELA 3 - Alunos aprovados e permanentes (1947)**

| Estabelecimento     | % de Aproveitamento | % de Aprovação |
|---------------------|---------------------|----------------|
| EPC de Porto Alegre | 63%                 | 97%            |
| EPC de Fortaleza    | 58%                 | 93%            |
| EPC de São Paulo    | 60%                 | 89%            |

Fonte: CONCEIÇÃO, op. cit., p. 109.

As porcentagens de aproveitamento são referentes aos alunos que continuaram no Exército, e podemos perceber um equilíbrio nas três escolas, mas a de aprovação da EPC de Porto Alegre para a EPC de São Paulo nos chama a atenção, pois há uma diferença de 8% enquanto na porcentagem de aproveitamento a diferença é bem menor entre as duas escolas apenas 3%. Da observação dos dados, podemos afirmar a permanência na instituição militar de um número considerável dos alunos das Escolas Preparatórias.

As três escolas, de Porto Alegre, São Paulo e Fortaleza, atravessaram as décadas de 40 e 50 em franca atividade, preparando os seus alunos para a Escola Militar do Realengo, essa última continuou suas atividades, a partir de 1944, em Resende. A EPSP também foi transferida para cidade de Campinas, em 1959, pois o prédio onde estava localizada já não condizia com as suas necessidades, tendo sido seu nome alterado, passando a se chamar *Escola Preparatória de Campinas (ESPC)*.

## 1.2 A Mudança para Campinas

No início da década de 40, quando foi inaugurada a EPSP, já se pensava em um outro local para a Escola, pois o prédio no qual iniciou suas atividades não era compatível com as necessidades de uma escola militar. Na gestão do interventor federal Fernando Costa, que governava São Paulo naquela época, encontrou-se um novo local: Campinas seria sede de uma Escola Preparatória, na região da Fazenda Chapadão.

A doação do terreno, do governo estadual para o Exército, usando a construção da Escola foi feita em 20 de março de 1944, condicionando-se, no mesmo ato, que a Força Terrestre teria um prazo de cinco anos para a conclusão da obra e a instalação da Escola. O então governador, Fernando Costa, de posse do projeto, dirigiu-se até o Ministério da Guerra, propondo a construção da ESPC e lavraram um acordo, segundo o qual o Governo de São Paulo construiria 2/3 das obras constantes do projeto, cabendo ao Ministério da Guerra a construção do terço restante.

O governo do estado de São Paulo conduziu a obra até o estágio conveniado, para então passá-la ao Ministério da Guerra, a quem caberia concluí-la. Face à sua magnitude, faltaram recursos na época para a conclusão e, durante alguns anos, a obra ficou parada e a Escola abandonada. O Estado, em consequência, anulou a doação feita em 1944.<sup>28</sup>

Como faltavam verbas ao Ministério da Guerra, a obra somente foi retomada em 1958, quando o Exército firmou um novo acordo com o governo estadual para retomar a área. A primeira providência tomada pelo Exército foi designada pelo Comandante da EPSP, Cel. Breno Borges Fortes, com a determinação a alguns alunos e professores para realizar a inspeção do local e descrever um relatório circunstanciado de tudo que fosse encontrado.

---

<sup>28</sup> SOTTO, Marco Aurélio (Maj.). *Histórico da EsPCEEx*. Cf: **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2000, p. 77.

Segundo o depoimento de um dos professores que estiveram nas obras da Escola no ano de 1958 para fazer o relatório, “esta se encontrava com as paredes esverdeadas com o limo da chuva, ou chamuscada de preto pelo fogo que se fazia pelos corredores, era o retrato desse monstro lúgubre e impressionante”.<sup>29</sup>

De posse do relatório, um pelotão comandado pelo Tenente Abel foi designado pelo Comandante da EPSP para tomar as primeiras medidas junto às autoridades municipais e preparar o prédio para a chegada de seus alunos. Várias obras foram realizadas e, em 1959, a EPSP foi transferida para Campinas, embora as suas instalações permanecessem ainda em precárias condições de uso.

Para um dos alunos da EPSP de 1959, a transferência para a cidade de Campinas representou mais do que uma mera mudança de cidade, representou também uma nova maneira para se formar o homem militar, e segundo seu depoimento, os alunos

passaram do asfalto para o barro, dos aconchegantes apartamentos para o grande alojamento sem vidros nas janelas, da pequena, agradável e charmosa EPSP para a enorme, feia e grosseira EPC.<sup>30</sup>

Parece que as dificuldades aumentaram ainda mais a capacidade da EPC em formar homens dentro do “espírito militar” - exigido para o ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras - avaliando os verdadeiros vocacionados em condições próximas àquelas que seriam, naquele momento, vividas por combatentes em uma guerra. Todavia, dois anos após o seu funcionamento na cidade de Campinas, uma desagradável surpresa quebraria essa frágil

---

<sup>29</sup> BLASI, Francisco (Cel.). *Um Pouco da História da Escola Preparatória de Cadetes do Exército*. Uma Explicação Necessária. Cf: **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 1990, p. 35.

<sup>30</sup> PINTO, Tavírio de Lima Villaça (Cel.). *À EsPCEEx com carinho*. Cf: **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 1990, p. 43.

harmonia. O Decreto nº 166, de 17 de Novembro de 1961, transformava as Escolas Preparatórias de Porto Alegre e de Fortaleza em Colégios Militares e, em seu artigo 3º, estabelecia:

A Escola Preparatória de Cadetes de Campinas deverá ser extinta em 31 de dezembro de 1963 e, a partir do ano letivo de 1962, não mais receberá novos alunos para o primeiro ano.<sup>31</sup>

Com a transformação das Escolas Preparatórias de Porto Alegre e Fortaleza, os seus alunos foram transferidos para a EPC, que se tornou depositária dos acervos de ambas escolas, ficando suspenso o exame de admissão e tendo como data limite para extinção da EPC o término do curso dos alunos remanescentes. Para isso, alegavam que os Colégios Militares poderiam ficar encarregados de preparar e selecionar os alunos para a AMAN, não havendo necessidade de uma Escola Preparatória. Os oficiais da EPC conseguiram mobilizar a opinião pública da cidade e obtiveram a revogação do Decreto de Extinção em 1963, continuando com suas atividades.

No mesmo ano, reiniciaram as obras de acabamento e o exame de admissão foi restabelecido para a entrada de novos alunos na EPC,<sup>32</sup> tendo esta se tornado desde os anos sessenta a única Escola Preparatória do Exército brasileiro. Em 1970, segundo o depoimento de um ex-aluno ao retornar a Escola, agora como professor, o ambiente da Escola era outro:

bonita, substituídos o barro pelo asfalto, a poeira pelas flores, a torre esquelética pela mais bela silhueta de Campinas, apresentando novidades, como a iluminação dos corredores, os banheiros mais próximos aos vestiários e com banho quente! Os alojamentos estavam protegidos pelos vidros nas janelas, já se viam quadras e campos de esportes, o lago, a capela, e a Escola se integravam definitivamente na sociedade da hospitaleira Campinas.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> SOTTO, Op.cit., p.78.

<sup>32</sup> A denominação “Escola Preparatória de Campinas” foi alterada em 1967 para “Escola Preparatória de Cadetes do Exército” Cf: *Formação Militar: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX)*. **Revista do Exército Brasileiro**, nº126, abr./jun. 1989, p.94.

<sup>33</sup> PINTO, Op. cit., p. 44.

Todos estes acontecimentos delimitam a trajetória das Escolas Preparatórias do Exército e o seu desfecho ficando apenas a Escola de Campinas que, atualmente, é a única Escola Preparatória, daí a importância em retratar a mudança da Escola de São Paulo para Campinas e mencionar as outras Escolas. Essas mudanças marcaram o início de várias outras pelas quais passaram a EsPCEEx, não apenas voltadas para a parte física - iniciaram-se as reformulações pedagógicas, buscando sempre uma excelente qualidade de ensino para os futuros quadros do Exército, sendo que este compreende a escola como algo singular e de grande importância para a preparação de seus quadros:

a Escola Preparatória de Cadetes (EsPCEEx) é entendida como uma organização aberta, inserida e ajustada em um sistema maior, que (...) são os interesses do Exército, com o qual troca informações, recebendo entradas que são processadas e resultam em produtos (no caso da EsPCEEx, a preparação do aluno para a Academia Militar das Agulhas Negras). E é este sistema maior (o Exército) que determina os objetivos da Escola em última instância.<sup>34</sup>

Não podemos esquecer de que estamos pesquisando uma escola militar que tem suas especificidades e está direcionada a cumprir os objetivos da hierarquia, um dos pilares da instituição na qual está inserida, portanto, todas as modificações passam pelos superiores ou são determinadas por eles, visto que a Escola não possui nenhuma autonomia para alterar o seu funcionamento. Ao contrário, seu papel é outro, justamente o de transformar o civil em militar. Nas palavras de Ferreira, “a educação militar unifica condutas e personalidades; cria uma pessoa coletiva especial e distinta das demais pessoas coletivas que o Estado moderno cria, a começar

---

<sup>34</sup> CONCEIÇÃO, Op. cit., p. 34.

por ele próprio”,<sup>35</sup> o que explica a formação da obediência, razão pela qual os escalões inferiores acatam as decisões superiores seguindo um ritual que não permite contestação.

### 1.3 Importância da EsPCEEx para o Exército

Apesar de ser a única Escola Preparatória desde os anos sessenta, a importância da EsPCEEx para o sistema educacional do Exército não se resume nesta exclusividade, pois a política do Ensino Militar é a determinação dos objetivos do ensino mediante a consideração dos interesses próprios do Exército e a forma como eles se articulam entre o Exército e a EsPCEEx sempre estiveram inseridas nestes objetivos, pois segundo o Estado Maior do Exército (EME)

O Ensino Militar obedecerá a um processo contínuo e progressivo, constantemente atualizado e aprimorado, de educação sistemática, que se estenderá através da sucessão de fases de estudos e práticas de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional e geral.<sup>36</sup>

Diante de inúmeras modificações no ensino militar, nem todas trabalhadas aqui, uma foi decisiva para que a EsPCEEx assumisse seu atual papel - qual seja a de avaliar os vocacionados para a carreira de armas, que seguiriam, então, seus estudos na AMAN - funcionando em caráter definitivo e permanente na cidade de Campinas.

Até o ano de 1990, o concurso para a AMAN era aberto a todos os interessados que tivessem concluído o Ensino Médio. Os oriundos de escolas militares tinham garantido o acesso,

---

<sup>35</sup> FERREIRA, Oliveiros. **Forças Armadas, Para Quê?** São Paulo: Edições GRD, 1988, p.69.

<sup>36</sup> EME – *Estado Maior do Exército*. **Extrato da Lei do Ensino Militar**, 1ª Subchefia, dez. 1997.

enquanto o concurso era reservado aos originários do ensino regular civil. Desde o concurso de 1990, entretanto, isso mudou: os interessados em cursar a AMAN, seja do ensino regular civil ou militar, só podem ingressar na Academia por intermédio da EsPCEEx, cursando nesta a 3ª série do Ensino Médio. Assim, por meio desta medida, a EsPCEEx tornou-se a única via de acesso do jovem à AMAN, o que equivale dizer não mais ser possível, sem passar pelas EsPCEEx, ser um Oficial Combatente do Exército Brasileiro.

Esta exclusividade da EsPCEEx está documentada no Regulamento da Escola, também conhecido como R-114. Seu Título I trata das finalidades da Escola, no qual estão descritos os objetivos e importância da EsPCEEx para o Ensino Militar. São eles:

Art. 2º A EsPCEEx é o estabelecimento de ensino preparatório, de grau médio, destinado a selecionar candidatos, preparar os alunos destinados à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e completar o 3º ano do nível médio da educação básica.

Art. 3º A EsPCEEx é diretamente subordinada à Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), que orienta e fiscaliza as atividades que nela se realizam, em conformidade com as diretrizes emanadas do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP).

Art. 4º O curso da EsPCEEx tem os seguintes objetivos:

I - assegurar ao aluno preparo intelectual, físico, psicológico e moral, orientando seu procedimento escolar e militar e visando ao seu ingresso na AMAN;

II - desenvolver e fortalecer no aluno sua personalidade, sua formação patriótica e humanística, uma sã mentalidade de disciplina consciente e a vocação para a carreira militar;

III - iniciar o enquadramento militar e disciplinar do aluno;

IV - desenvolver no aluno habilidades técnicas, padrões de comportamento e de aptidão física que o tornem apto ao ingresso na AMAN; e

V - habilitar o aluno a ingressar na reserva do Exército.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (R-114). Título I – Das Finalidades. BE Nr 03, 18 jan. de 2002.

Como podemos observar, as atividades realizadas na EsPCEx são, constantemente, fiscalizadas pela Força, não possuindo a escola nenhuma autonomia para inserir ou modificar qualquer ponto na estrutura educacional. Já os objetivos são claros, preparar e avaliar os seus alunos para a AMAN.

Esta importância não se resume apenas nestes dados, mas eles exemplificam como uma instituição de ensino militar difere de uma instituição de ensino civil. Embora a existência de regras seja inerente a qualquer instituição, estas, quando em escolas civis, dizem respeito às regras da boa educação e da civilidade. Já as escolas militares, à semelhança das regras destinadas à formação religiosa, têm como elemento básico um conjunto de regras próprias e informadas ao ingressante, determinando sua vida de interno, e cuja validade não se restringe aos muros da escola, mas deve reger seu comportamento em todas as atividades públicas.

Esse sistema de regras estabelece um elenco de recompensas e castigos, aplicados pelo mundo exterior à unidade militar (escola ou quartel) que, segundo Goffman, são semelhantes àqueles impostos aos animais e crianças, nunca direcionados para adolescentes e adultos, implicando que

na instituição total os privilégios não equivalem às prerrogativas, fraquezas ou valores, mas simplesmente a ausência de privações que de ordinário nada presume ter que suportar. Os mesmos conceitos de castigo e privilégio são, de certo modo, modelados sobre padrões distintos da vida civil.<sup>38</sup>

No primeiro momento, ao adentrar na instituição de ensino militar, o aluno passa por uma

---

<sup>38</sup> “en la institución total los privilegios no equivalen a prerrogativas, franquicias o valores, sino simplemente a la ausencia de privaciones, que de ordinario nadie presume tener que soportar. Los conceptos mismos de castigo y privilegio son, en cierto modo, modelados sobre patrones distintos a los de la vida civil . Cf.: GOFFMAN, E. Op. cit., p. 60-61.

fase de regressão, afastando-se do mundo exterior e voltando a sua atenção para as regras internas; no segundo momento, há a intransigência por parte do aluno que enfrenta a “instituição” e muitos se negam a cooperar com os funcionários. Após estas duas etapas, o aluno entra na fase de colonização, quando passa a buscar algo dentro da escola que possa representar o mundo exterior onde vivia; há, também, uma forma de adaptação ao ambiente em que o aluno tenta assumir a visão que a instituição e seus funcionários tem dele e busca desempenhar suas funções o melhor possível.

Ao assimilar as normas da instituição militar, o aluno deixa de ser um paisano (civil) e se torna um militar com características próprias, proporcionando-nos seu reconhecimento imediato. Algumas diferenças entre o aluno civil e militar, por exemplo, nos dão uma idéia do quanto este espírito militar é reforçado nos estabelecimentos de ensino militar:

a entonação da voz, clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal – tônus muscular, relação peso X altura equilibrada; uma noção rígida de higiene corporal – usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio.<sup>39</sup>

Além destes atributos, há também os de valores morais como a honestidade, o caráter, a preocupação com a Pátria, desapego aos bens materiais, respeito à ordem, à lei, à hierarquia e disciplina, que marcam a fronteira entre militares e paisanos, sendo esta distinção, segundo Castro, o passo primordial, instaurador, do espírito militar.

Assim, ao permanecer um ano na EsPCEEx, o aluno passa a conhecer e interagir com a doutrina militar, suas prescrições de comportamento e sua peculiar visão de mundo; em suma, tudo o que forma e informa a alma militar. Todo este processo de despersonalização tem como

---

<sup>39</sup> CASTRO, Op. cit., p. 42.

objetivo afastar os não vocacionados, reduzindo ao máximo a evasão escolar na AMAN, fazendo-a acontecer, se for o caso, no período de um ano que separa a vida civil da decisão de tornar-se um oficial militar.

Na AMAN, o jovem cadete permanecerá quatro anos, ao final dos quais tornar-se-á aspirante de uma das Armas do Exército, tornando-se ao mesmo tempo formador (professor) de novos jovens.

#### **1.4 Organização Administrativa**

Para que possamos compreender o funcionamento da EsPCEEx temos de conhecer e entender a sua organização administrativa e, assim, delinear o ensino ministrado na 3ª série do ensino médio.<sup>40</sup>

Há várias divisões administrativas que compõem a EsPCEEx, a começar pela Divisão de Ensino, subsidiada em seções por disciplinas e responsável pela avaliação do rendimento do aluno, dos programas de disciplinas (matérias) ministrados na 3ª série do ensino médio e do aspecto cognitivo do ser humano, traduzido na prática pela transmissão de conteúdos em quantidade acentuada de acordo com os interesses da Força.

Outra divisão fundamental para o funcionamento da escola é o Corpo de Alunos que ministra a Instrução Militar e o Treinamento Físico, ocasiões em que são ensinados e treinados os valores necessários à carreira militar e avaliados com base na observação do comportamento do aluno em confronto com códigos e regulamentos militares; e desse modo, fica-se apto a participar da Seleção Psicológica Sequencial, organizada pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

---

<sup>40</sup> Como não foi possível encontrarmos a estrutura administrativa desde o seu funcionamento, apresentaremos apenas a do final dos anos oitenta e que perdura até os dias de hoje.

(CEP) que complementa o trabalho do Corpo de Alunos, auxiliando os testes psicológicos e pedagógicos com vistas à indicação do aluno para prosseguir seus estudos na AMAN.

Há, também, a Seção de Orientação Educacional, empenhada em orientar os alunos que apresentam problemas de aprendizagem e de personalidade durante o curso e, muitas vezes, querem abandonar a escola.

Na Seção Psicotécnica, encontramos todos os testes e instrumentos solicitados pelo CEP que são aplicados aos alunos sem nenhuma avaliação por parte de qualquer órgão da EsPCEEx, além da Divisão Administrativa, que subsidia o trabalho do Comando da Escola, em outras palavras, nem mesmo o Diretor da EsPCEEx tem autonomia para questionar ou avaliar um teste que o CEP aplica aos seus alunos, pois, toda ordem vem do Comando da Força e é obedecida por todos os outros escalões hierárquicos. O cargo de Diretor da EsPCEEx corresponde ao de Comandante<sup>41</sup> que tem a função de Diretor Pedagógico para o qual não é prevista nenhuma formação específica.<sup>42</sup>

Mas, além desta divisão administrativa, há também o recrutamento, visto por muitos autores como mais uma das características da instituição militar, decorrente de um sistema de organização e algumas normas que a tornam, segundo Rouquié, “auto-suficiente, por ter a capacidade de não precisar recorrer à sociedade civil, da qual são testemunhas os capelães, médicos, músicos, cabeleireiros e veterinários ‘militares’”.<sup>43</sup>

O que o autor chama a atenção é para o fato de que um civil, quando trabalha em uma instituição militar, incorpora automaticamente uma patente militar, passando a fazer parte do

---

<sup>41</sup> Embora não necessite de nenhuma formação específica um dado nos chamou a atenção ao visitarmos a sala do Comandante da EsPCEEx, onde há as fotos e os postos de todos os Comandantes que passaram pela EsPCEEx. Com exceção do último Comandante (mandato 2002/2003), que tem a patente de Tenente Coronel, todos os outros eram Coronéis.

<sup>42</sup> Todas estas informações foram retiradas do *Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (R-114)*, versão 2002.

<sup>43</sup> ROUQUIÉ, A. Op. cit., 1984, p. 93, grifo do autor.

corpo de Oficiais Militares; e na EsPCEEx, não é diferente, pois, o número de civis que faz parte do quadro de funcionários vem aumentando gradativamente desde 1989, com a criação do Quadro Complementar de Oficiais (QCO).

O Quadro Complementar de Oficiais (QCO) foi criado em 2 de outubro de 1989, pela Lei nº 7.831, com a finalidade de formar para o Exército, oficiais das mais diversas áreas e especialidades para exercerem, na Força, atividades específicas – assessoramento ao escalão superior, ensino e atividades administrativas – e assim liberar os oficiais de Armas e Serviços para as atividades-fim.

Os oficiais do QCO são formados na Escola de Administração do Exército (EsAEx), situada em Salvador, e na Escola de Saúde do Exército (EsSEEx), localizada no Rio de Janeiro.<sup>44</sup>

Esses “futuros” Oficiais, prestam concurso público e fazem um curso com duração de um ano na (EsAEx) ou na (EsSEEx) para conhecerem as especificidades da instituição, desfazerem-se de suas aparências, dos instrumentos e serviços que estavam habituados, levando-os a uma desfiguração que começa pela roupa, o corte de cabelo, a postura, o linguajar e os horários controlados para realizar cada atividade.

Ao iniciarem suas atividades na Força, recebem os novos Oficiais uma patente militar chegando no máximo à patente de Major, isto é, oficiais intermediários, e não podem mudar de posto na escala hierárquica como os Oficiais de carreira, chegando ao círculo de Oficiais Gerais.

Mas, além do QCO, há ainda, outras formas de recrutamento, segundo o estudioso Kuhlmann, como

o serviço militar inicial, para os soldados nas unidades de combate; como atirador, nos tiros de guerra; o serviço como oficial temporário das armas combatentes, ou seja, mais

---

<sup>44</sup> **Noticiário do Exército.** *Quadro Complementar de Oficiais.* Brasília, Distrito Federal, ano XLV, nº 9.895, out.2001, p.04.

relacionadas à atividade da Defesa; como oficial da área de saúde (médico, farmacêutico, dentista e veterinário), como oficial de diversas áreas técnicas (Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia, dentre outros), como sargento, voluntário, para os que têm nível técnico (ensino médio) e, ultimamente, ainda como projeto piloto, a Escola de Instrução Militar, em escolas de ensino médio, públicas ou privadas.<sup>45</sup>

Com esta variedade de formas de servir à Força, iremos nos ater apenas ao processo de recrutamento dos Oficiais de carreira que necessitam de uma contínua formação técnica ministrada em escolas militares aptas a dar continuidade à renovação dos quadros, à reprodução dos valores corporativos e institucionais do Exército, tendo tais instituições passado por várias mudanças no final dos anos oitenta, modificando a história da estrutura educacional militar.

---

<sup>45</sup> KUHLMANN, Paulo R. Loyolla. **O serviço militar, democracia e defesa nacional**: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil. São Paulo: FFLCH/USP, 2001, p. 76-77. (Dissertação de Mestrado).

## **CAPÍTULO II**

### **A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO MILITAR**

Por nos possibilitar compreender o posicionamento dos militares diante de questões essenciais do aparelho estatal em variados momentos históricos, atemo-nos a uma característica fundamental das Forças Armadas, qual seja o processo e formação de seus oficiais. Designadas como meio específico de ação do Estado<sup>46</sup> para o uso legítimo da violência, condição delegada pela e pelo Estatuto dos Militares, as Forças Armadas encontram-se definidas neste último diploma legal como:

essenciais à execução da política de segurança nacional, são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica; e destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.<sup>47</sup>

As Forças Armadas brasileiras estão institucionalizadas há muito tempo; basta pesquisarmos as Constituições do país desde a promulgação da República até a última Constituição, de 1988, como fizeram alguns especialistas,<sup>48</sup> para chegarmos a esta conclusão. Sabemos que os militares defendem muito mais que a lei e a ordem do País, pois não são uma instituição uniforme e neutra aos acontecimentos políticos. Segundo Oliveira

o aparelho militar não é monolítico e comporta o conflito e a contradição. Assim, raramente é efetiva a unidade erigida no campo dos conflitos polarizadores da opinião e da militância dos militares. Na maior parte das vezes, em razão das peculiaridades de uma profissão cercada de garantias institucionais e legais, a unidade proclamada corresponde, na verdade, a acomodações nas quais as partes vencedoras foram obrigadas a transigir em sua força na busca de um rito legitimador (a submissão da escolha presidencial ao Alto Comando das Forças Armadas ou ao Congresso Nacional), ao passo

---

<sup>46</sup> Utilizaremos o conceito de Weber para definir Estado; O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Cf: Weber, Max. A Política como Vocação. In: **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999, p. 62.

<sup>47</sup> *Título I – Generalidades. Capítulo I – Disposições Gerais*. Cf: **Estatuto dos Militares**. Estado-Maior do Exército, 1997, p. 05.

<sup>48</sup> FERREIRA, Oliveiros S. Op. cit., passim; AGUIAR, Roberto A. R. de. **Os Militares e a Constituição**. Poder Civil e Poder Militar na Constituição. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1986.

que as partes perdedoras nunca foram excluídas por completo do jogo político e dos comandos militares.<sup>49</sup>

Para Quartim de Moraes, as Forças Armadas assumem funções novas, derivadas de suas funções fundamentais, perturbando a relação normal entre o poder político e o aparelho militar no Estado moderno,<sup>50</sup> como por exemplo, as intervenções militares em vários momentos de nossa história, o último com o golpe militar de 1964, que culminou em vinte e um anos de ditadura militar.

Segundo Stepan, de 1937 até 1964, os militares brasileiros foram chamados várias vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes foram negados sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político, sendo que

o papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos. A aceitação deste papel pelos militares está condicionada à sua aceitação da legitimidade e da praticabilidade das formas políticas parlamentares, bem como à constatação, por parte destes militares, de que possuem, em comparação com os civis, uma capacidade relativamente reduzida de governar.<sup>51</sup>

A estas funções políticas dos militares, Stepan denominou de “*padrão moderador*” que, com o golpe de 1964, quando os militares assumem de fato o governo, esta função política se transforma e os militares passam a assumir a função dirigente”.<sup>52</sup> Porém, isso não prova que essa mudança de papel tenha ocorrido em 1964, e nem determina o conteúdo das mudanças nas relações entre civis e militares, pois o que de fato mudou em 1964 foi o regime político e não o papel político dos militares.

---

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: Forças Armadas, Transição e Democracia. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994, p.100.

<sup>50</sup> MORAES, João Carlos K. Quartim de. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas, São Paulo: IFCH/Unicamp, 2001, p. 22.

<sup>51</sup> STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política** Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.50.

<sup>52</sup> Idem, Ibidem, p.101, grifos do autor.

Quartim de Moraes critica severamente esta divisão que Stepan estabeleceu para os papéis políticos dos militares, afirmando que não utilizou conceitos e sim a

sociologia dos modelos na medida em que o modelo é justamente a diferença sem conceito erigida em conceito (por exemplo, temos *de um lado* a função moderadora até 1964 *e de outro lado* a função dirigente dos militares a partir de 1964, mas a relação entre moderar e dirigir permanece impensada, já que o pensar sociológico contenta-se em descrever a função moderadora e a função dirigente).<sup>53</sup>

Para Quartim de Moraes, causou ambigüidade a tomada de poder político pelos militares em 1964, é consequência da mudança orgânico-constitucional decisiva das Forças Armadas, utilizando suas palavras

a centralização do poder militar que criou as condições objetivas para que as Forças Armadas se tornassem sujeito político coletivo, isto é, para que utilizassem o monopólio dos meios de coerção armada, do qual se tornaram detentoras, conforme projetos coerentes elaborados por um estado-maior funcionando como cérebro de uma corporação militar monoliticamente unificada.<sup>54</sup>

As Forças Armadas, embora não sendo um agente político como os partidos, grupos de interesses e de pressão, correntes de opinião, etc, além de possuírem características próprias no seu funcionamento interno e na sua finalidade (como instituição, fazem parte do aparelho de Estado e não estão separadas totalmente da sociedade, sendo sua organização voltada para os processos e mecanismos que atuam no conjunto da vida social e política), acabam por assumirem papéis muito semelhantes àqueles dos grupos de representação. Para Peixoto, o

fenômeno militar é, na quase totalidade dos casos, o resultado da articulação das pressões exercidas pela sociedade global (e às vezes por outros ramos do aparelho do Estado) com um certo número de traços e características institucionais: valores, percepção do sentido e do conteúdo das missões atribuídas às Forças Armadas, tipo de

---

<sup>53</sup> Idem, Ibidem, p. 95-96, grifos do autor.

<sup>54</sup> Idem, Ibidem, p. 97.

formação profissional e natureza do relacionamento com os outros agentes (institucionais e partidários) do cenário político.<sup>55</sup>

É necessário esclarecer que as “Forças Armadas são politicamente neutras sob a perspectiva do pluralismo partidário-ideológico, mas são instituições de natureza política, pois o Estado é entidade política e as Forças se destinam a apoiá-lo na implementação ou defesa de suas políticas, a serviço da Sociedade”<sup>56</sup> possibilitando-lhes intervir no cenário político do país com um alto nível de organização a definem seus valores e objetivos, e que segundo Coelho, “supõe a aquisição de graus relativamente elevados de autonomia frente aos demais grupos sociais, isto é supõe o controle de poder em escala considerável”.<sup>57</sup>

Essa autonomia se refere exclusivamente à auto-suficiência das Forças Armadas em estabelecer seus critérios de organização e suas normas internas, capacitando-as para desempenhar suas funções e determinando as formas e instrumentos desta capacitação que segundo Harries-Jenkins e Moskos Jnr, esta estrutura organizacional das Forças Armadas é

como uma organização burocrática de caráter dinâmico que experimenta desenvolver-se com o tempo em resposta às condições variáveis. Assim, temos em conta o grau em que às organizações militares existentes e a oficialidade profissional se tem visto transformadas pelo impacto das amplas mudanças sociais que tem ocorrido desde o começo do século. Mas especificamente, isto implica que as Forças Armadas estão experimentando uma transformação a longo prazo que tende a uma convergência com as estruturas e normas civis.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> Idem, Ibidem, p.31.

<sup>56</sup> FLORES, Mário César. **Bases para uma política militar**. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992, p.30.

<sup>57</sup> COELHO, Op. cit., p. 136.

<sup>58</sup> ...sino con una organización burocrática de carácter dinámico que experimenta cambios en el tiempo en respuesta a condiciones cambiantes. Así, tiene en cuenta el grado en que las organizaciones militares existentes y la oficialidad profesional se han visto transformadas por el impacto de los amplios cambios sociales que han ocurrido desde comienzos de siglo. Más específicamente, esto implica que las Fuerzas Armadas están experimentando una transformación a largo plazo que tiende a una convergencia con las estructuras y normas civiles. Cf.: HARRIES-JENKINS, Gwyn & MOSKOS JNR, Charles C. **Las fuerzas armadas y la sociedad**. Madri, Espanha: Alianza Editorial, 1984, p. 52.

Assim, chegamos ao ponto crucial deste trabalho que consiste na análise da modernização do sistema educacional militar que na EsPCEEx foi designado de Projeto EsPCEEx 2000.

## **2.1 Projeto EsPCEEx 2000**

Para compreendermos a importância da educação militar para a formação dos quadros das Forças Armadas visando a um entendimento da instituição como um todo, faz-se necessário mencionarmos, neste trabalho, algumas características próprias das instituições militares, como por exemplo, a socialização institucional que segundo Soares, “caracteriza as peculiaridades de uma socialização que se constrói a partir das características das instituições complexas ou ‘totais’ e que se contrapõe à aprendizagem social anterior”.<sup>59</sup>

Essa socialização constrói-se por meio da doutrina, da rotina militar, da disciplina e da hierarquia que são passadas para os oficiais nas escolas militares.

A doutrina compreende a transmissão de valores e práticas aos membros da corporação, sendo considerada suficiente quando estes valores e práticas militares são executados pelos membros sem nenhuma interferência do seu superior. Assim, chega-se à obtenção de uma homogeneização de valores e comportamentos no interior da instituição, caracterizando nitidamente uma instituição militar.

Já a rotina militar, a disciplina e a hierarquia fornecem um ambiente propício a este doutrinamento e esta transmissão de valores é feita nas escolas, nas reuniões profissionais e no contato diário com os membros da instituição.

---

<sup>59</sup> Idem, Ibidem, p. 09, grifo do autor.

A educação militar tem a função de transmitir os valores militares a serem interiorizados pelos quadros superiores a fim de que se convertam em hábito e costume, formando assim uma instituição total. Mas, além de características específicas, o ensino militar tem autonomia para elaborar suas leis e regimentos educacionais, não regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – em vigor desde 1998, regulamentando todo o ensino nacional, e explicitamente, estabelecendo sua não ingerência sobre o ensino militar, sendo este um problema a ser resolvido pelos Comandos das Forças Armadas e não pelo Ministério da Educação – MEC.<sup>60</sup>

Com dessa autonomia, o ensino militar constrói suas características e assume um papel específico dentro da educação nacional com as seguintes características:

- estrutura e métodos próprios, bem como objetivos específicos;
- sistemas integrantes dirigidos por órgãos específicos;
- atendimento a preparação de todo o efetivo militar do Exército, através de diferentes cursos e estágios;
- gratuidade nos cursos e estágios, os quais serão desenvolvidos por corpo docente próprio;
- seqüência estruturada para atender a continuidade funcional da carreira militar;
- processo de ensino-aprendizagem dinâmico, pela fixação de metas, constantes avaliações e oportunas correções;
- relacionamento com o meio acadêmico civil, mediante a utilização de cursos de graduação e pós-graduação universitária para Oficiais;
- contribuição para o desempenho das demais Forças Singulares e Auxiliares, mediante a oferta de vagas em seus Estabelecimentos de Ensino (EE);
- utilização de órgãos públicos e privados, particularmente para a consecução do ensino supletivo.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. Brasil: MEC – Lei 9394/98.

<sup>61</sup> Portaria Nr 25/DEP, de 06 de set. 95 e Ofício NR 367/A2/DEP – circ. De 21 nov. 96 (Ordens Preparatória). Cf: **Diretriz para reformulação curricular na área do DEP**, p. 01.

Além desses objetivos específicos, a educação militar também visa a cooperar na formação do cidadão, incentivar a pesquisa aplicada e o intercâmbio escolar com as Forças Armadas de Nações Amigas, assim como a educação civil.

Sabemos da importância da educação para a formação do cidadão, como um veículo de difusão de idéias e formação de consciências, e o ensino militar não foge a essa regra, porém tem suas peculiaridades, citadas acima, e cuja maior responsabilidade é a formação de seus quadros. Assim para repetir um especialista,

a educação militar passa a ter uma grande influência na transformação pessoal, e isso é sentido pelos novos alunos que passam por um processo de despersonalização individual. Eles passam a acatar os valores dominantes da corporação bélica: obediência, disciplina, hierarquia, lealdade, pontualidade, assiduidade, etc.<sup>62</sup>

Isto leva o Exército a ter uma preocupação constante com a formação de seus quadros que irão representar a Força e dar continuidade ao seu trabalho, pois

a capacitação dos recursos humanos pressupõe um sistema educacional que atenda não só à necessidade de pessoal altamente qualificado, mas, também, às exigências da realidade atual, que têm como marca a rápida obsolescência de tecnologias e de conhecimentos.

Em conseqüência, há necessidade de, em todos os níveis do ensino militar, priorizar a formação geral, que deve ser a mais abrangente e densa, possibilitando a adaptação dos recursos humanos às novas tecnologias e aos novos conhecimentos.

Por outro lado, a formação específica não pode ser descuidada, em virtude da crescente especialização das atividades técnicas e da progressiva sofisticação tecnológica.

Nesse contexto, o sistema de ensino militar, em todos os seus níveis, deve desenvolver atitudes favoráveis a autoaprendizagem, condição essencial para um processo de educação continuada, indispensável aos dias em que vivemos.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 08.

<sup>63</sup> GLEUBER VIEIRA, General do Exército. *Orientações gerais ao Exército*. Cf: **Revista Verde-Oliva**. Brasília, Distrito Federal: CCOMSEX, jan/abr. 2000, p. 06-07.

Em consonância com estes objetivos, a EsPCEEx passou por algumas mudanças na estrutura organizacional e educacional a partir de 1990, modificando sensivelmente as suas características mantidas desde a sua fundação, em 1941.

Ministrou, a EsPCEEx, por quase cinquenta anos as três séries (1ª, 2ª e 3ª séries) do antigo 2º grau, e não conservou a exclusividade no ingresso dos alunos na AMAN, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. A partir de 1990, uma nova reforma foi implementada e a Escola passou a ministrar apenas a 3ª série do ensino médio e este requisito tornou-se o filtro para ingressar na AMAN. Em outras palavras, apesar de ter reduzido o número de anos do curso preparatório, atualmente, para ser oficial do Exército, é preciso passar pela EsPCEEx.

Todos os alunos da AMAN, a partir de 1990, têm uma experiência anterior de estudo em estabelecimentos militares de ensino o que pressupõe já possuírem uma socialização institucional, acarretando uma mudança no perfil dos oficiais do Exército que iniciam o ensino universitário com conhecimentos básicos da instituição e habituados à rotina militar, algo inédito na história da educação militar do Exército.

Várias foram às razões alegadas para estas mudanças, como a de ordem econômica – o corte de verbas para a defesa – e a incorporação de quadros. A combinação entre essas duas razões é a seguinte: a escola proporcionava os três anos do antigo 2º grau e muitos alunos, não vocacionados para a profissão militar não ingressavam na AMAN; buscavam uma colocação nas Universidades civis, o que custava caro ao Exército, pois além de ter ensino gratuito de qualidade, os alunos recebiam alojamento, remuneração mensal, fardamento e alimentação durante o período de permanência na EsPCEEx.

Diante desses acontecimentos, o Exército centrou seus esforços na seleção e preparação de jovens para cursar a AMAN e dar continuidade à renovação de seus quadros.

Esta não foi a única mudança na EsPCEEx e, talvez, não seja a mais importante; a partir de 1995, foi implantado na Escola um Projeto de Modernização do Ensino intitulado “EsPCEEx 2000”, visando atender as exigências do DEP – órgão de direção setorial responsável pelas Linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar, competindo-lhe planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino e de pesquisa dos órgãos que integram estas Linhas.<sup>64</sup>

Segundo o ex-chefe da Divisão de Ensino da EsPCEEx, o DEP estabeleceu os seguintes objetivos para o Projeto “EsPCEEx 2000”:

Participação ativa do aluno; Descoberta e incentivo dos talentos individuais; Experimentação, pesquisa e trabalho em grupo; Exploração da dúvida e do erro; Interação entre as disciplinas; Uso das técnicas de liderança; Desenvolvimento do raciocínio; *Participação direta do aluno no conhecimento que constrói*; Aprofundamento do sentido holístico da educação militar; Domínio das linguagens orais, escritas e informática; Aporte de conhecimentos básicos em Matemática, Ciências, História, Geografia, Filosofia e Sociologia; Fluência em pelo menos mais um idioma; Capacidade para manipular modelos; Intercâmbio com a sociedade da qual faz parte; Desempenho de múltiplas funções na organização; Adaptação às novas gerações de tecnologias.<sup>65</sup>

Com os objetivos delimitados, a EsPCEEx deu início ao projeto de pesquisa que, segundo seus autores, tem por finalidade

criar e testar um MODELO de INTERVENÇÃO que objetiva a implementação de melhora na qualidade do ensino e no desempenho institucional da escola, inserida no contexto sócio-histórico das exigências do mundo moderno.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, *Capítulo III – Da Organização, Art. 10, II.*

<sup>65</sup> CAPPELLANO, Jorge L. Pavan (Cel.). *A Escola Preparatória de Cadetes do Exército e a Modernização do Ensino*. Cf. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: EsPCEEx, 2000, p.16-17, grifos meus.

<sup>66</sup> PEREIRA, Augusto H. Ribeiro Cel., & FINI, Maria Inês. **Projeto EsPCEEx 2000: Parceria da Escola com a Qualidade**. Campinas, São Paulo, 1995, p. 02, grifos dos autores.

Diante de tal finalidade, podemos apreender que, o estudo dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da atualidade ainda são uma preocupação constante do Exército brasileiro, buscando este no seu ensino esta atualização.

O “Projeto EsPCEEx 2000” surgiu de um convênio entre a Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (FE-UNICAMP) e a EsPCEEx, envolvendo professores e alunos, de graduação, e pós-graduação da UNICAMP, e professores, instrutores, especialistas e administradores, da EsPCEEx; visa a mudança paradigmática para a escola, apoiada no *Construtivismo Piagetiano*, que foi escolhido por oferecer “os suportes epistemológicos, científicos e pedagógicos da transformação”.<sup>67</sup>

Para justificar o uso do Construtivismo Piagetiano, os autores do projeto alegam que o desafio educacional dos últimos anos foi propiciar aos alunos um domínio dos códigos instrumentais das disciplinas e não meramente conteúdos e, mais, que este domínio seja expresso em termos de habilidades cognitivas, identificadas como:

capacidade de manipular modelos (o que exige pensamento conceitual com raciocínio abstrato); capacidade de ser preciso na comunicação verbal, oral e visual; capacidade de desempenhar múltiplos papéis numa organização ou flexibilização e capacidade de adaptar-se às novas gerações de tecnologia ou **aprender a aprender**.<sup>68</sup>

Portanto, cabe à escola desenvolver as habilidades ligadas aos papéis (que o indivíduo irá desempenhar) e às disposições sócio-motivacionais (facilitadoras de sua integração em equipes interdisciplinares e heterogêneas). Isto quer dizer, segundo Pereira e Fini que

a escola deverá propiciar ao aluno experiências que favoreçam o desenvolvimento cognitivo e lhe permitam adquirir uma estrutura dinâmica de METACAPACITAÇÃO que defini-se

---

<sup>67</sup> Idem, Ibidem, p.02.

<sup>68</sup> Idem, Ibidem, p.07, grifos dos autores.

(sic.) muito mais por competências pessoais e sociais do que por conhecimento teóricos ou técnicos em si.<sup>69</sup>

Diante dessas mudanças, é preciso que a escola se rearticule enquanto instituição social, negando a sua postura tradicional de escola enquanto transmissão de um saber acumulado a um aluno passivo, e repensar esta nova postura que possibilitaria o desenvolvimento das estruturas de inteligência do aluno.

Rever os antigos papéis de professor e aluno, repensar a estrutura organizacional da escola, idéias que, segundo Pereira e Fini, encontraremos no Construtivismo Piagetiano; esta mudança é denominada *paradigmática*, pois

para Piaget e seus seguidores as estruturas do conhecimento são o resultado de uma construção realizada pelo homem em etapas sucessivas, através de suas ações sobre o mundo físico e social.<sup>70</sup>

O uso do método construtivista, neste projeto de modernização do ensino, chamou-nos a atenção para uma análise sobre o método em questão, pois, segundo os teóricos desta linha, o aluno é sujeito da sua própria aprendizagem, atua de modo inteligente em busca da compreensão do mundo que o rodeia, não havendo fórmulas prontas e nem um guia prático para aplicar na sala de aula.

Segundo Rosa, “há mais ou menos uma década os meios educacionais tentam abordar o construtivismo, filho do movimento iluminista, fiel defensor da capacidade humana de guiar-se pela razão e, através dela, criar e recriar o mundo”,<sup>71</sup> sem seguir os modelos sugeridos pelos professores, pois as experiências provam que o conhecimento é construído pela própria pessoa e as estruturas, dos diversos níveis, também são construídas e não inatas.

---

<sup>69</sup> Idem, Ibidem, p.07, grifo dos autores.

<sup>70</sup> Idem, Ibidem, p.08.

<sup>71</sup> ROSA, Sanny S. da. **Construtivismo e Mudança**. São Paulo: Cortez Editora, 1998, p. 32-33.

O sujeito está diretamente ligado ao objeto, pois

desde as ações sensorial-motoras mais simples (tais como empurrar e puxar) até as operações intelectuais mais sofisticadas, as quais são ações interiorizadas, executadas mentalmente (por exemplo, associar, ordenar, seriar), o conhecimento está constantemente ligado a ações ou a operações, isto é, a *transformações*.<sup>72</sup>

Tudo isso nos leva a caracterizar a teoria construtivista como uma expressão da liberdade individual de professores e alunos no processo de aprendizagem; Nascimento reafirma este aspecto ao mencionar que “um dos objetivos da educação construtivista é a possibilidade de *‘liberdade individual’*”.<sup>73</sup>

Assim, chegamos à seguinte pergunta: Como utilizar a teoria construtivista diante das especificidades do ensino militar? Como conciliar disciplina e hierarquia rígidas, fundamentadas no objetivo de tornar o futuro soldado apto a morrer e ao mesmo tempo fazer dele um ser livre, independente e cooperativo?

Para responder a isto, o Projeto EsPCEEx 2000, justifica a aplicação do Construtivismo na preparação dos professores, especialistas e alunos para a reformulação dos conteúdos curriculares e dos procedimentos didáticos e inclui o computador como instrumento de aprendizagem.

A reformulação dos conteúdos curriculares e dos procedimentos didáticos é algo comum em um estabelecimento de ensino; a utilização do computador como instrumento de aprendizagem tem-se tornado freqüente nas escolas; já a utilização do método construtivista na sala de aula não é tão comum na educação - seja ela civil ou militar - embora deva-se notar uma certa moda em estudar Piaget nas Faculdades de Educação ao longo dos anos 1970 e 1980.

---

<sup>72</sup> *A teoria de Piaget*. Cf: Carmichael. **Manual de Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro. EPU/EDUSP, 1975, p. 72, grifo do autor.

<sup>73</sup> NASCIMENTO, Maria E. Pompeu do. **A Pedagogia Freinet**. Natureza, Educação e Sociedade. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1995, p. 25, grifos da autora.

Incomum, como já apontamos, são escolas meritocráticas e totais construtivistas. Aliás, à primeira vista, parece uma contradição em termos.

Segundo Pereira e Fini, no construtivismo Piagetiano, desta feita interpretado por Papert,

encontramos a possibilidade de utilização do computador que, como instrumento de aprendizagem e não como máquina de ensinar, transforma-se numa das ferramentas para implementação de melhoria da qualidade de ensino.<sup>74</sup>

O uso do computador pelos alunos possibilita a resolução de problemas; com a linguagem computacional o aluno descreve suas idéias, o computador executa a descrição do aluno e este pode depura-la tanto em termos de conceitos quanto de estratégias. Esta depuração pode ser vista e interpretada como o próprio exercício da reflexão, permitindo ao aluno diversos níveis de abstração que alterem, qualitativamente, sua estrutura cognitiva.

Para a EsPCEX Piaget dá corpo ao projeto da Escola, pois

Esta proposta de modernização da escola apóia-se na reconstrução dos papéis de aluno, professor, especialista e da própria instituição com vistas a produzir um **novo padrão de desempenho**, mais criativo e com *autonomia* para enfrentar com eficiência os desafios da modernidade.<sup>75</sup>

Como a formação militar está direcionada a capacitar o indivíduo para o desempenho de funções que o Exército lhe atribui sob a determinação de dois preceitos fundamentais para a instituição militar - hierarquia e disciplina não podemos pensar que, os papéis estruturantes da carreira militar possam ser independentes dos interesses do Exército. Muito menos podemos pensar estabelecimentos de ensino teriam autonomia para mudanças na formação de seus quadros, pois isso iria contra a função da hierarquia dentro da instituição, ou seja, contra a base que sustenta a instituição militar.

---

<sup>74</sup> Idem, Ibidem, p. 09.

<sup>75</sup> Idem, Ibidem, p.09, grifos dos autores.

Portanto, há uma ressalva a ser feita: como concretizar esta autonomia que os autores citam acima em um estabelecimento militar? Qual seria a função deste estabelecimento? E o que fariam com a disciplina e a hierarquia?

Estas questões não foram respondidas ao longo da implantação do “Projeto EsPCEX 2000” e os autores/atores insistiram nesta autonomia afirmando que para adequar-se às exigências da modernidade

o ensino militar deverá inserir-se neste cenário e repensar os objetivos específicos de cada uma das instituições que compõem o Sistema Militar de Ensino e que juntas, respondem pela formação do Profissional Militar da Linha Bélica.<sup>76</sup>

Pretendem os militares que através desta mudança paradigmática o aluno possa aprender e estruturar logicamente a realidade, a partir do estabelecimento de conflitos, e desenvolver a estrutura de metacapacitação, apoiada na proposta concebida por Piaget de desenvolvimento das estruturas da inteligência, às quais a aprendizagem está subordinada. Porém, a condição *sine qua non* do construtivismo é mais que isso: é proporcionar um ambiente de liberdade para que os alunos possam se expressar e dirigir suas ações de acordo com seus interesses.

O investimento profissional do educador, (no construtivismo) não lhe pertence, mas sim ao aluno. Não há prazos, nem certezas ou controle dos efeitos de suas ações; segundo Rosa, “é da percepção das insuficiências de respostas do próprio sujeito, que se desencadeia um movimento de busca de novas soluções (conflito cognitivo) no mundo externo”.<sup>77</sup> Ao professor, cabe conduzir os alunos à dúvida e conhecer “o desenvolvimento cognitivo dos alunos a fim de que os desafios que se venha a lhes propor não se torne fonte de frustração pela impossibilidade de resolvê-los”.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Idem, Ibidem, p.10.

<sup>77</sup> Idem, Ibidem, p.49.

<sup>78</sup> Idem, ibidem, p. 52.

Diante destas considerações referentes à teoria construtivista e das especificidades do ensino militar, percebemos não corresponder tal teoria à realidade da estrutura educacional militar; não podemos imaginar uma escola militar onde prazos, certezas e controle das ações dos alunos não sejam determinadas, bem como é impensável a situação em que o professor (na sala de aula, em ambiente militar) possa conduzir seus alunos à dúvida. Segundo Flores, “os seus membros são sujeitos a formação e normas doutrinárias homogêneas”<sup>79</sup> sendo portanto, muito difícil a conciliação entre hierarquia - disciplina com a teoria construtivista. Como imaginar a dúvida diante do pelotão inimigo? Como imaginar defender seus próprios interesses e neles incluir o risco de morte?

Para utilizarem esta metodologia proposta pelo “Projeto EsPCEX 2000”, os professores e instrutores (estes último responsáveis pela instrução bélica) fizeram um curso (de especialização sobre o ensino construtivista e aplicação de informática) com duração de dois anos, ministrado por professores da FE da Unicamp. Como atesta Martins,

O professor deve se reciclar. “Aprender a aprender” constantemente faz parte de suas obrigações de ensino. Só dessa maneira se terá a certeza de que os software ou as tecnologias que chegam a sua sala de aula e que vão ser utilizadas por seus alunos, irá realmente ser um instrumento que atinja seus propósitos pedagógicos.<sup>80</sup>

Dando continuidade ao projeto EsPCEX 2000, seus autores o dividiram em cinco sub-projetos, e em dois módulos que iremos apresentar no próximo item.

---

<sup>79</sup> Idem, Ibidem, p. 22.

<sup>80</sup> MARTINS, Janae G. & et alii. *A Transformação do Ensino através do uso da tecnologia na educação*. Cf: **Anais do XIX Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Computação**. Vol. I, s. ed., p. 573.

## 2.2 Sub-projetos

Sabemos que a educação militar está direcionada ao cumprimento das funções desempenhadas pelas Forças Armadas; e segundo Flores,

o preparo do Exército da virada do século tende a priorizar a defesa da integridade e o controle soberano do território brasileiro, particularmente em regiões fronteiriças atrasadas, com realce atual para a Amazônia e Centro-Oeste.<sup>81</sup>

Isso demanda uma definição de Forças Armadas para entendermos a especificidade do ensino militar. Segundo o estudioso Ferreira, não podemos esquecer, ao estudar esta instituição, que “as Forças Armadas só existem enquanto organização porque baseadas na hierarquia e disciplina”.<sup>82</sup> Já a definição dos militares, remete-nos às palavras de Ludwig, que os define como “um grupo de profissionais encarregados de aplicar a violência legalmente instituída, devem ser vistos como o braço armado do Estado”.<sup>83</sup>

Sem essas considerações, não compreenderíamos os sub-projetos de modernização do ensino na EsPCEEx, instaurados a partir de 1995, com o estímulo das Forças Armadas.

A natureza da proposta do projeto EsPCEEx 2000 é paradigmática e substitui o modelo de instrução pela adoção do construtivismo, como vimos acima. Já o seu eixo de mudança é institucional, na medida em que pretende constituir um sistema de funcionamento – Sistema EsPCEEx – integrado em rede, composto de ações educacionais articuladas em torno da organização de condições ótimas para o desenvolvimento das estruturas de inteligência do aluno.

Para realizar essas mudanças do paradigma pedagógico, foi necessário tomar algumas

---

<sup>81</sup> FLORES, Op. cit., p. 137.

<sup>82</sup> FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do Partido fardado**. São Paulo: Ed. Senac, 2000, p. 24.

<sup>83</sup> LUDWIG, Op. cit., 1998, p. 109.

medidas organizacionais a permitir a nova estruturação do trabalho escolar. Essas medidas foram designadas em cinco sub-projetos e em dois módulos, a saber:

Sub-projeto I – SIPA – Sistemática de Informações para Construir o Perfil do Aluno – voltado para desenvolver serviços de Orientação Educacional e promover a integração dos trabalhos do Corpo de Alunos e da Divisão de Ensino, tem a função de estruturar um Banco de Dados como parte de um Sistema Dinâmico Informatizado. Depois de pronto, o Banco de Dados poderá fornecer, porque processou, informações indispensáveis para a construção do perfil do aluno; sendo estes dados fornecidos por ele mesmo, através de questionários, entrevistas, etc, tendo como base os dados pessoais de identificação, a história de vida pessoal e acadêmica, os dados familiares e sociais.

O perfil do aluno, que desta maneira vai sendo sistematicamente construído, será objeto de reuniões periódicas de trabalho pedagógico dos orientadores educacionais, dos professores conselheiros de turma, dos tenentes comandantes de pelotão e dos capitães comandantes de companhia para avaliação e devidos ajustes dos programas educacionais, face à demanda concreta, devidamente caracterizada.<sup>84</sup>

Neste primeiro sub-projeto, constatamos a falta de controle sobre o perfil dos alunos da EsPCEEx até então, pois não havia um Banco de Dados ou um cadastro sobre os dados pessoais, apenas algumas informações dispersas,insuficientes para traçar o perfil do aluno, fator que dificulta conhecer os soldados do Exército da década de oitenta, hoje no Comando da Força.

Sub-projeto II – POV – Programa de Orientação Vocacional – está inserido no processo ensino-aprendizagem - permitirá ao aluno confirmar ou não sua opção pela carreira militar –

---

<sup>84</sup>Sub-Projeto I – SIPA – Sistemática de Informações para Construir o Perfil do Aluno.Cf: PEREIRA, Augusto H. Ribeiro Cel., & FINI, Maria Inês. op. cit., p. 43.

fundamentado no construtivismo piagetiano, permitindo considerar a escolha vocacional como uma estratégia cognitiva (escolher). Segundo os autores do projeto

Este processo prevê estágios e ciclos de amadurecimento para se chegar ao momento de escolha e decisão. Considera não só estes aspectos individuais, mas também os fatores sociais que contextualizam a profissão militar e as características específicas do mundo do trabalho.<sup>85</sup>

Todos os dados obtidos no SIPA foram utilizados na elaboração deste programa e tiveram a participação direta dos profissionais da Escola, tendo sido desenvolvido durante o ano letivo em que foi implantado, através de atividades de sala de aula, instrução militar (pelos tenentes, pelos capitães, pelo Comandante do Corpo de Alunos, pelo Comandante da EsPCEEx), oficinas de trabalho específicas das Armas, Serviços e Quadros da AMAN, dinâmica de grupo, projeção de filmes, entrevistas coletivas e palestras.

Os dois primeiros sub-projetos estão interligados e buscam corresponder às exigências do Projeto EsPCEEx 2000; segundo seus autores. Na medida em que a preocupação constante é a formação e permanência do aluno na carreira militar, confirma-se mais uma vez, que não é possível aplicar a teoria construtivista na EsPCEEx, pois estes sub-projetos em especial o POV - têm a finalidade de orientar e não de conduzir os alunos à escolha profissional. Já o SIPA, utiliza-se de métodos (questionários, entrevistas, etc.) para traçar o perfil do aluno; embora, para os estudiosos do construtivismo,

o método não se reduz a um jeito de fazer, mas é o sentido que se dá às diversas ações encadeadas, cuidando para que as mesmas conduzam ao fim desejado. As técnicas resumem-se aos instrumentos que possibilitam a realização eficiente dessas mesmas ações.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> *Sub-projeto II – POV – Programa de Orientação Vocacional*. Cf.: Idem, *Ibidem*, p.44.

<sup>86</sup> ROSA, Op. cit., p. 39.

Já o terceiro sub-projeto é designado como SAMAN – Seleção para a AMAN – tem como objetivo verificar a existência ou não de atributos de personalidade, em cada aluno, que caracterizem um perfil psicológico e profissiográfico,<sup>87</sup> considerado desejável para o Oficial do Exército. Este sub-projeto está voltado para as expectativas do Exército quanto à seleção dos alunos para a AMAN.

O SAMAN busca, constantemente, o aperfeiçoamento da qualidade profissional do tenente – instrutor e comandante de pelotão de alunos – que define quem será indicado para a AMAN. Os instrutores verificam (e não despertam) ou deixam os alunos descobrirem a sua verdadeira vocação profissional durante o curso oferecido pela EsPCEEx, buscam encontrar nos alunos um perfil estipulado pelo Exército, considerando adequado para compor os seus quadros. Portanto, esta estrutura educacional já está moldada dentro dos objetivos da Força e a EsPCEEx não tem autonomia para mudá-la, pois sua função é apenas preparar e avaliar os seus alunos para a AMAN, de acordo com o direcionamento do Exército.

Dividido em três cursos de capacitação profissional, com carga horária de 30 horas cada, e direcionados exclusivamente ao treinamento dos comandantes de pelotão, no papel que lhe compete como instrutores, avaliadores e condutores de seus alunos.

Os cursos são:

O Curso I – Diagnóstico do Processo Grupal (30 horas) - direcionado para a fundamentação teórica, com base nas técnicas psicodramáticas em vivências, objetivando oferecer aos tenentes, conhecimentos acerca do processo de desenvolvimento do grupo, destacando o papel do coordenador, personificado por eles enquanto comandantes de pelotão;

---

<sup>87</sup> Perfil Profissiográfico é designado como um instrumento de aprimoramento do processo educacional, uma vez que pode ser utilizado, com previsão de sucesso, na seleção do corpo docente e discente, na orientação vocacional, na elaboração e revisão de currículo, bem como na avaliação do processo educacional. Cf: COSTA, Antonio F. Gomes da (Maj.). *Perfil profissiográfico, sua aplicação no processo educacional*. **Revista A Defesa Nacional**, n° 742, ano LXXVII, març/abr.1989. Rio de Janeiro: Ed. Bibliex, 1989, p. 69.

Curso II – Vivências Sociodinâmicas (30 horas) - é um curso voltado para a supervisão de situações vividas pelo tenente no papel de instrutor (diretor de grupo); objetiva subsidiar a transformação de seu desempenho, com vistas às articulações teóricas propostas no curso I e, mesmo, no próprio “Projeto EsPCEEx 2000”;

Curso III – Avaliação de Comportamento (30 horas) - busca subsidiar adequações e transformações no trabalho de avaliação de comportamento, feito pelo tenente, através das quais compõe o processo de seleção do aluno. A sustentação desse trabalho passará, necessariamente, pelo que tenha sido desencadeado nos cursos I e II. Os cursos I e II foram desenvolvidos em encontros semanais, com duração de duas horas cada.

Com esta divisão e direção (tenentes comandantes de pelotão) a EsPCEEx, buscou sustentar e articular propostas para um novo modelo de avaliação e seleção psicológica seqüencial, visando a entrada ou não dos alunos na AMAN. Não se buscou a teoria construtivista, pois, não cabe nesta a fundamentação teórica e destaque no papel do coordenador, muito menos a supervisão de situações vividas e a avaliação de comportamento, como sugerem os três cursos citados acima.

O que visam tais cursos é apenas uma forma mais adequada de avaliação e seleção dos alunos e não novas abordagens pedagógicas em sala de aula.

Mas, dando seqüência aos sub-projetos apresentamos o quarto sub-projeto, que recebe o nome de DESHAES – Programa de Desenvolvimento de Hábitos de Estudo – voltado para a elaboração de propostas mais adequadas ao aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, buscando, para isso, as condições em que são realizadas as atividades de estudo do aluno - as modalidades de estudos individuais e em grupo, as dificuldades individuais que acarretam baixo rendimento, a adequação entre desempenho escolar, condições de estudo e exigências específicas

de cada disciplina - para assim estruturar, executar e acompanhar programas de desenvolvimento de hábitos de estudo que favoreçam o processo ensino-aprendizagem.

A metodologia utilizada consiste na pesquisa de 04 categorias de variáveis relacionadas às atividades, assim definidas:

**1-** Condições Espaciais e Materiais: inclui os elementos do contexto físico da instituição, ou seja, as características do mobiliário, iluminação, ventilação e temperatura, presença de ruídos, pessoas e distrações e o acesso a materiais apropriados ao estudo.

**2-** Condições Temporais: refere-se ao tempo de duração das atividades diárias, as reais disponibilidades para a dedicação ao estudo e uma estimativa de tempo ideal para o estudo.

**3-** Condições Pessoais: conjunto de aspectos ligados às capacidades e habilidades cognitivas dos alunos considerados necessários ao desempenho escolar.

**4-** Condições Curriculares: identifica as modalidades de estudo (individual ou em grupo) que melhor complementem o processo de ensino de cada disciplina.

O SAMAN prevê a participação efetiva dos Orientadores Educacionais da EsPCEX e é direcionado especificamente aos procedimentos e materiais adotados pelos docentes e discentes na prática do estudo individual ou em grupo.

Os Orientadores Educacionais propõem aos alunos novas técnicas de ensino-aprendizagem abandonando, mais uma vez, o construtivismo e seu pressuposto de que a liberdade é um meio para aprender e não o fim, pois o aluno deve escolher a melhor forma de estudar e não o professor.

No quinto e último sub-projeto, deparamo-nos com algo bem específico da educação militar - a aptidão física, uma condicionante para a entrada do jovem no Exército, sendo o treinamento físico uma disciplina obrigatória. Denominado de ATREFA – Acompanhamento do Treinamento Físico do Aluno – o sub-projeto objetiva a avaliação dos métodos utilizados frente

aos objetivos propostos no tempo previsto para as atividades de treinamento físico e a evolução do desenvolvimento corporal do aluno, pois há uma

necessidade de criar um modelo de acompanhamento capaz de fornecer aos especialistas em educação física, dados de pesquisa que sirvam de orientação para validar ou propor reformulação dos atuais métodos de treinamento, devidamente assessorados pelo Centro de Capacitação Física do Exército.<sup>88</sup>

A metodologia utilizada consiste em pesquisa empírica, para obter dados antropométricos em diferentes fases do ano letivo, levantamento e comparação dos resultados obtidos em provas de aptidão física e dados de observação sistemática das sessões de treinamento físico militar. Esses dados permitirão elaborar propostas de conteúdos curriculares e os respectivos planos de ensino, obedecendo às peculiaridades da faixa etária e ao desenvolvimento corporal dos alunos.

Neste sub-projeto, fica evidente a impossibilidade de adoção da teoria construtivista, pois avaliar métodos, criar modelos, propor conteúdos curriculares e elaborar planos de ensino, não condiz com as normas construtivistas, mas sim com as características de uma instituição total, como vimos no início deste trabalho.

Podemos constatar que quase todos os projetos apresentados são direcionados aos alunos da EsPCEEx (com exceção do terceiro, voltado aos tenentes e comandantes de pelotão) e obedecem às exigências e necessidades do Exército dos anos 90, mas não à proposta inicial do Projeto EsPCEEx 2000. Além dos sub-projetos, tem-se dois módulos de cursos voltados, especificamente, para o corpo docente da EsPCEEx, são eles:

FORHEX – Módulo A – consiste em um curso de especialização direcionado aos professores com uma carga horária de 420 horas, e objetiva o desenvolvimento de uma didática

---

<sup>88</sup> *Sub-projeto V - ATREFA – Acompanhamento do Treinamento Físico do Aluno*. Cf: PEREIRA & FINI, op. cit., p. 56.

construtivista com a utilização do computador, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos e um projeto de trabalho, elaborado pelo professor e supervisionado pela UNICAMP. A utilização do computador não pressupõe necessariamente a aplicação do construtivismo em sala de aula como sugere o FORHEX – Módulo A.

FORHEX – Módulo B - curso de extensão em psicologia educacional e informática educativa para especialização de oficiais que desempenhem funções de instrutor e auxiliar de instrutor, organizado como cursos de extensão, com o total de 120 horas (04 cursos de 30 horas cada), sendo eles:

B1 – Diagnóstico do Processo Grupal;

B2 – Vivência Sócio-Dinâmicas;

B3 – Avaliação de Comportamento;

B4 – Utilização de Simulações no Processo de Aprendizagem.

Todos os cursos visam a formação em serviço dos professores, instrutores e especialistas e necessita das seguintes medidas:

1) Curso de especialização em informática aplicada à educação construtivista, de 420 horas, envolvendo a utilização de computadores, professores e alunos.

2) Curso de informática educativa para capacitação de instrutores e especialistas para a utilização de simuladores no processo de aprendizagem da Instrução Militar; destina-se aos instrutores e aos pelotões.

3) Desenvolvimento dos sub-projetos de pesquisa, subordinados à Seção Psicopedagógica, cujos resultados permitirão a construção gradativa do Sistema EsPCEX; a operacionalidade em rede, deste sistema está vinculada à presença dos recursos de informática.

O espaço físico da Escola foi modificado para receber laboratórios de informática, multimídia e servidores centrais, incluindo redimensionamento da rede elétrica, manutenção e instalações de serviço.<sup>89</sup>

Estes projetos foram aprovados pelo Exército e fizeram parte da EsPCEEx até o ano de 1997, quando a Unicamp se retirou do projeto. Atualmente, a Escola vem redirecionando seu processo de ensino-aprendizagem por meios próprios, dentre eles um estágio de atualização pedagógica (EsTAPAE) realizado todo ano na semana antecedente ao início das aulas, e reuniões semanais, realizadas pelos docentes na EsPCEEx com duração de uma hora e meia em média, em off são discutidos assuntos pedagógicos referentes ao ensino ministrado na EsPCEEx, proporcionando a todos uma constante troca de informações e novas técnicas de ensino.

Segundo o Cel. Cappellano,

O Projeto EsPCEEx 2000 trouxe uma ruptura com as estruturas conservadoras, até então adotadas no Sistema de Ensino Tradicional. A busca por um novo paradigma não se deve apenas ao fato de estarem desgastadas as antigas estruturas, mas, principalmente, por não mais responderem às necessidades impostas pelos avanços tecnológicos e a formação de um profissional capaz de gerenciar seu próprio crescimento – aprender a aprender.<sup>90</sup>

Esta ruptura que o Coronel menciona no seu texto, realmente se consolidou com o Projeto EsPCEEx 2000 – organizou e modernizou a estrutura educacional de ensino - este jamais foi posto em prática na íntegra, pois a sua característica principal, o uso do construtivismo na educação militar, não condiz com um estabelecimento de ensino militar.

Em momento algum de nossa história, por maior que tenha sido o processo de modernização sofrido pelo país, a utilização deste contexto mudaria o sentido da instituição

---

<sup>89</sup> Todas as informações referentes aos sub-projetos e aos módulos constam no Projeto EsPCEEx 2000 – parceria da Escola com a qualidade.

<sup>90</sup> CAPPELLANO, Op. cit., p. 17-18.

militar que, segundo Flores, “é apoiada por sua vocação para a violência, com suas exigências de comando autoritário e organização, objetivos e estratégias de consecução bem definidos e fundamentados em doutrinas bem formuladas e bem disseminadas”.<sup>91</sup>

Este projeto de modernização do ensino, implicou, ainda, na substituição de algumas características peculiares da EsPCEEx, entre elas o Currículo, os Planos de Aula e o Programa Geral de Ensino, visando um preparo melhor para o aluno e complementando as mudanças introduzidas com o Projeto EsPCEEx 2000. Conforme um ex-Comandante da escola:

Todas essas novas idéias são apenas parte de um processo que, pretende-se, não tenha fim. A modernização do ensino pretende instigar-nos, cada vez mais, na incessante busca do aperfeiçoamento, que levará à própria modernização do Exército, à medida que Oficiais formados segundo os mais avançados preceitos forem ocupando cargos e funções nas diferentes organizações militares distribuídas por todo o Território Nacional.<sup>92</sup>

### **2.3 As disciplinas ministradas na EsPCEEx**

Na busca de soldados melhor preparados para enfrentar os desafios do século XXI, atender às exigências advindas da mudança na estrutura organizacional, do início dos anos 90 (a Escola passou a ministrar apenas o último ano do ensino médio) e a consolidação do Projeto EsPCEEx 2000, promoveu-se uma reformulação no currículo escolar para atender às necessidades do processo de modernização do ensino no Exército que, segundo o DEP:

A reformulação dos currículos dos cursos da Linha Bélica do Sistema de Ensino Militar é o passo essencial para todo o

---

<sup>91</sup> FLORES, Op. cit., p. 32.

<sup>92</sup> STURARI, Raul J. de Abreu Cel. *A EsPCEEx e a formação do Oficial combatente do século XXI*. Cf: **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2000, p. 15.

esforço de modernização a ser realizado, considerando, sempre, que a existência desse sistema está relacionada com a preparação integral de recursos humanos, nos domínios afetivo, cognitivo e psicomotor, visando ao exercício de cargos e funções previstos nas Organizações Militares.<sup>93</sup>

Essas reformulações curriculares já fazem parte do ensino militar; pois em 1970, a Metodologia para a Elaboração e Revisão de Currículos (MERC) foi originalmente concebida no Centro de Estudos de Pessoal (CEP) com o objetivo de padronizar os currículos dos estabelecimentos de ensino do Exército. Em 1973, foi editada pelo Ministério da Educação e Cultura, na coleção MOBREAL nº4, e aprovada por ato no Boletim Interno do Departamento de Ensino e Pesquisa nº 186, de 29 de outubro de 1973.

Em 1987, o Centro de Estudos de Pessoal atualizou essa Metodologia. Em decorrência, o Departamento de Ensino e Pesquisa expediu a Portaria nº 73, de 10 de dezembro de 1987, aprovando essa segunda versão simultaneamente, revogando a anterior.

O Departamento de Ensino e Pesquisa, em Portaria nº 25, de 26 de julho de 1996, determinou ao grupo de Trabalho voltado para o Estudo da Modernização do Ensino que procedesse à reformulação da Metodologia para a Elaboração e Revisão de Currículos.<sup>94</sup>

Segundo a definição do MERC, de 1987, o currículo pode ser compreendido como todas as experiências organizadas pela escola, tendo em vista o desenvolvimento integral do educando enquanto indivíduo e membro da sociedade.<sup>95</sup>

Assim, passamos à grade curricular da 3ª série do ensino médio ministrado na EsPCEEx, que é composta pelas seguintes disciplinas: Antropologia, Biologia, Desenho, Física, Geografia,

---

<sup>93</sup> *Diretrizes para a reformulação curricular na área do DEP*. Portaria Nr 28, jun. 1997. **Ministério do Exército**. Departamento de Ensino e Pesquisa. p. 01.

<sup>94</sup> Todas estas informações sobre a reformulação curricular estão nas Diretrizes para a reformulação curricular na área do DEP. Portaria Nr 28, jun. 1997. **Ministério do Exército**. Departamento de Ensino e Pesquisa, p. 01.

<sup>95</sup> *Capítulo III – Elaboração do Currículo*. Cf. **Diretrizes para a reformulação curricular na área do DEP**. Portaria Nr 28, jun. 1997. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. p. 01.

História, Inglês, Matemática, Português, Política, Química, Sociologia. Todas elas voltadas para o ensino médio, para que o aluno, ao concluir o curso, possa receber o diploma de nível médio.

Essas disciplinas, desde 2001, são ministradas por blocos de Unidades Didáticas, ininterruptamente, divergindo da estrutura tradicional em que as matérias são ministradas segundo uma semana letiva que se repete ao longo de todo o ano. Para a concretização desta mudança, o calendário escolar foi modificado e as disciplinas de Ciências Naturais (Física, Química e Biologia) e as de Ciências Sociais (História, Geografia, Sociologia, Antropologia e Política) passaram a ser ministradas em quatro blocos de Unidades Didáticas, de quinze horas cada, com um total de sessenta horas/aula por matéria em um único semestre, com rodízio entre as seções de ensino.

Já as disciplinas de Comunicação (Português e Inglês) e as Ciências Matemáticas (Matemática e Desenho), continuaram com o sistema tradicional, sendo ministradas aos alunos durante todo o ano letivo.

Os motivos alegados pelo ex-Comandante, ocupante do cargo no período de 2000 a 2002, para a mudança na estrutura tradicional das disciplinas é que “os bons resultados não enfatizam mais o nível de exigência que se espera da EsPCEEx é preciso, sempre, buscar a excelência”.<sup>96</sup>

Menciona, também, as vantagens que esta nova estrutura proporciona aos docentes e discentes, como a utilização de modernas técnicas de ensino - permanecer cinco horas ininterruptas, repetidas por três dias seguidos na mesma sala, proporciona-lhes o uso de palestras, estudo de caso, júri simulado, pesquisa em grupo, etc., durante suas aulas - favorecendo as atividades externas. Além disso, há pouca sobrecarga para o aluno que estará envolvido com

---

<sup>96</sup> STURARI, José de Abreu (Cel.). *O cronograma estruturado por unidades didáticas*. Cf: **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2001, p.10.

apenas duas matérias: as de Comunicação e Expressão e as de Ciências Matemáticas, ou com as de Ciências Sociais e as de Ciências Naturais, conforme a sala.

Para que possamos conhecer um pouco do conteúdo das matérias ministradas na EsPCEEx - visto que este trabalho não irá se deter na análise do conjunto das disciplinas ministradas na Escola, mas sim na compreensão do perfil dos seus alunos - analisaremos apenas o Plano de Aula da disciplina de História, de Instrução Militar e Treinamento Físico Militar. Acreditamos que estes Planos de Aula são suficientes para termos uma idéia da formação dos alunos, pois, segundo Rouquié, “a instrução dos oficiais e dos suboficiais em escolas onde estes recebem uma formação específica separada do meio civil, de seus valores e referências, além de elevar o nível de conhecimento, difunde a ética militar”.<sup>97</sup>

Os objetivos particulares da Disciplina de História do Brasil são:

- a. Caracterizar, no tempo e no espaço, os fatos mais importantes da História do Brasil, necessários à formação cultural do profissional militar.
- b. Valorizar a História do Brasil como conhecimento de fundamentação para o desenvolvimento da carreira das armas.
- c. Evidenciar os Atributos da Área Afetiva (AAA), como adaptabilidade, autoconfiança, cooperação, dedicação, disciplina, equilíbrio emocional, iniciativa, liderança, persistência e responsabilidade.<sup>98</sup>

Esta matéria é dividida em quatro unidades didáticas: Unidade Didática I – abrange o período de colonização e montagem do Estado Nacional; Unidade Didática II – A transição da Família Real, a Independência e o Período Imperial; Unidade Didática III – A república Velha, a Revolução de 30 e o Surgimento do Estado Novo e a Unidade Didática IV – a Ditadura Vargas e

---

<sup>97</sup> Idem, *Ibidem*, 1984, p. 84.

<sup>98</sup> *Plano de Disciplina. História do Brasil da 3ª série do ensino médio da EsPCEEx, versão 2001.*

a República Contemporânea. Todas com carga horária de 09 horas. O curso total consta de 60 horas.

**TABELA 4 –Plano de Aula – História do Brasil**

| <b>Assunto</b>               | <b>A Era Republicana (2ª parte)</b>   |
|------------------------------|---|
| <b>Objetivos Específicos</b> | 1) Analisar as características do Estado Novo.<br>2) Caracterizar a participação da FEB na Itália, através de suas principais ações.<br>3) Caracterizar a evolução econômica do Estado Novo.<br>4) Relacionar a conjuntura mundial no pós-guerra com as modificações ocorridas no Brasil.<br>5) Analisar a redemocratização, os diversos governos da república populista e as causas da Revolução de 1964.<br>6) Analisar o período revolucionário (1964-1985), sob o ponto de vista econômico, social e político.<br>7) Demonstrar (Júri Simulado): Dedicção, Iniciativa e Persistência (AAA). |
| <b>Objetivo Integrador</b>   | Relacionar a queda do Estado Novo e o surgimento da Guerra Fria com a estrutura da República Contemporânea.   |
| <b>Tipo de Atividade</b>     | Não Presencial e Presencial.  |
| <b>Técnica de Ensino</b>     | Pesquisa em Grupo e Palestra.   |
| <b>Número de sessões</b>     | 09  |
| <b>Meios Auxiliares</b>      | Equipamento de áudio e vídeo; Quadro Branco, Computador, Biblioteca   |

Fonte: Plano de Disciplina (PLADIS), versão 2001.

Instruções Metodológicas: O professor deverá:

1. Fazer ligação com assuntos de História Geral, relacionados à 2ª Guerra Mundial e a Guerra Fria.
2. O módulo será dividido em três partes:

- a. primeira, de atividade presencial, destinada a apresentação dos assuntos.
- b. segunda, de atividade não presencial, desenvolvida em grupos de trabalho, constando de pesquisa, discussão do tema, preparação de apresentação em grupos e/ou elaboração de um relatório escrito.
- c. terceira, de atividade presencial, para avaliação e retificação da aprendizagem.

As referências bibliográficas utilizadas pelos Professores e alunos são:

- a. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Atlas Histórico Escolar**. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1977.
- b. ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Toda a História**. São Paulo, Ática, 1996.
- c. EME, **História do Exército Brasileiro**. Brasília, IBGE, 1972. Volume III.
- d. FROTA, Guilherme de Andréa. **História do Brasil**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1996.
- e. SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo, Moderna, 1997.

Conforme o quadro mostra, o Plano de Disciplina de História do Brasil em um único módulo, abrange desde o período do Estado Novo até a República Contemporânea e enfoca especificamente os temas em que o Exército esteve presente nos acontecimentos históricos, tais como o Estado Novo, a Revolução de 1964 e a estrutura da República Contemporânea. Mas chama-nos a atenção o fato da evidência, na disciplina de História do Brasil, dos atributos da área afetiva, formadores do espírito militar; daí, talvez, o motivo da citação de passagens da história onde os militares se fizeram presentes, buscando identificar nas personalidades militares esses atributos que são basicamente: adaptabilidade, autoconfiança, cooperação, dedicação, disciplina, equilíbrio emocional, iniciativa, liderança, persistência e responsabilidade.

As instruções metodológicas, direcionadas ao corpo docente, também vão ao encontro do dito acima, isto é, há uma preocupação constante em enfatizar o papel do militar no desenvolvimento do país. Há uma única instrução: fazer ligação com assuntos de História Geral,

relacionados à 2ª Guerra Mundial e à Guerra Fria, onde se difundiu a existência de vários “heróis” das Forças Armadas, não só nacionais como internacionais.

O amor à pátria também foi estimulado nestes períodos, assim como a função e importância dos militares nos acontecimentos relevantes do país. Há que se notar, também, a utilização de uma bibliografia totalmente voltada para assuntos militares, impedindo seus alunos de conhecerem outras versões sobre tais assuntos.

Assim, podemos concluir que apesar do ensino ministrado na EsPCEEx ser de nível médio, o conteúdo de suas disciplinas contradizem esta afirmativa, pois está direcionado a assuntos militares e não aos processos políticos, econômicos, sociais e culturais como um todo - como por exemplo, as condições sociais das famílias nas grandes capitais, nos anos 30, com a chegada da industrialização ao Brasil, ou, até mesmo, a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, que repercutiu na produção cafeeira do país, temas estes trabalhados em escolas civis e que fazem parte da História do Brasil.

Em contrapartida, não podemos nos esquecer que a EsPCEEx tem autonomia para formular seus Planos de Aula, pois não segue as normas da LDB, apenas as instruções do Alto Comando da Força e seu objetivo maior é preparar, avaliar e selecionar os alunos para a AMAN e dar continuidade à carreira militar.

Sendo assim, além dessas disciplinas ministradas na 3ª série do nível médio, a EsPCEEx proporciona aos seus alunos a Instrução Militar e o Treinamento Físico Militar com objetivos particulares da própria instituição militar que a difere completamente de uma instituição de ensino civil.

As disciplinas Instrução Militar e Treinamento Físico visam proporcionar aos alunos os seguintes objetivos:

- Adaptar-se à carreira militar, adquirindo padrões de comportamento que preparem para o ingresso na AMAN.
- Desenvolver um padrão de aptidão física tornando-se apto a ingressar na AMAN.
- Desenvolver habilidades relacionadas à Ordem Unida, Higiene e Primeiros Socorros e Armamento, Munição e Tiro.
- Adquirir, por intermédio das instruções individuais para o combate, conhecimento das técnicas de combate, destreza, rusticidade e espírito de cumprimento da missão.
- Desenvolver ou evidenciar os atributos da área afetiva: responsabilidade, dedicação, camaradagem, iniciativa, adaptabilidade, equilíbrio emocional, persistência, liderança, cooperação, autoconfiança e disciplina.<sup>99</sup>

A matéria Instrução Militar é dividida nas seguintes Unidades Didáticas com as respectivas cargas horárias:

**TABELA 5 – Plano de Aula– Instrução militar**

| <b>UNIDADE DIDÁTICA</b>           | <b>CARGA HORÁRIA</b> |
|-----------------------------------|----------------------|
| Ordem Unida                       | 54/h                 |
| Instrução Geral                   | 48/h                 |
| Armamento, Munição e Tiro         | 48/h                 |
| Higiene e Primeiros Socorros      | 09/h                 |
| Defesa das Instalações            | 06/h                 |
| Instrução Individual para Combate | 53/h                 |

Fonte: Plano de Disciplina, versão 2000.

O quadro nos mostra que as disciplinas são específicas para a formação de um militar e são avaliadas por meio de Trabalhos Individuais (TI) ou Trabalhos em Grupo (TG) e por uma avaliação prática de montagem, desmontagem, nomenclatura de peças e funcionamento de armamento, delineando o ensino militar e suas peculiaridades e evidenciando a diferença entre o ensino militar e civil, além, é claro, de não deixar alternativas aos alunos de optarem ou não por tais disciplinas.

<sup>99</sup> Plano de Disciplina. Instrução Militar e Treinamento Físico da 3ª série do ensino médio da EsPCEX, versão 2000.

Já o Treinamento Físico, corresponde ao exame físico do Concurso de Admissão que o jovem candidato é obrigado a fazer e consiste em:

**TABELA 6 – Plano de Aula – Treinamento Físico Militar<sup>100</sup>**

| <b>EXERCÍCIOS</b>                  | <b>TEMPO</b>    |
|------------------------------------|-----------------|
| 02 flexões de braços na barra fixa | -----           |
| 20 flexões abdominais              | 01 minuto       |
| Corrida de 100 m rasos             | Até 15 segundos |
| Mínimo de 3m no salto em distância | -----           |
| Mínimo de 1800m na corrida         | 12 minutos      |

Fonte: Revista Pedagógica, 2001, p. 19.

Estes dados constantes do quadro podem parecer baixos, mas visam despertar no aluno a prática da atividade física (que será constante na sua carreira) e treiná-lo para possíveis combates em áreas inóspitas. O acompanhamento dos alunos é individual, buscando verificar o progresso ou o insucesso e melhorar o padrão de desempenho físico, sendo todas essas informações registradas na Ficha de Fatos Observados do Aluno que vai para a AMAN no final do curso. As duas disciplinas citadas acima são obrigatórias e podem reprovar o aluno com nota inferior a 5,0, inabilitando-o a prosseguir seus estudos na Força, isto é, encerrando sua vocação castrense.

A instrução militar e o treinamento físico preparam o aluno para dar continuidade aos seus estudos militares, além de proporcionar aos mesmos, preparo físico indispensável na formação de um militar, diferenciando-os consideravelmente dos alunos civis.

Os três planos de aula, mencionados acima, comprovam mais uma vez que o objetivo de um novo paradigma pedagógico proposto no Projeto EsPCEEx 2000 não saiu do papel; a teoria construtivista não foi introduzida em nenhuma das disciplinas citadas acima, pois não há como conciliar os preceitos militares com tal teoria, como vimos neste capítulo.

---

<sup>100</sup> CYRILLO, Luiz Cláudio (Tem. Cel.). *O Corpo de Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército*. Cf: *Revista Pedagógica da EsPCEEx*. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2001, p.19.

## **CAPÍTULO III**

### **O PERFIL DO ALUNO DA EsPCE<sub>x</sub>**

Com as mudanças no cenário nacional e internacional, como por exemplo, a Constituição de 1988, elaborada pelo governo civil, formatando um regime político democrático no Brasil após vinte anos de regime militar, e o fim da Guerra Fria que levou à reestruturação dos conceitos de Defesa e Ameaça, as Forças Armadas foram impelidas a redefinir o processo de ensino-aprendizagem, voltado para a modernização do ensino militar, visando preparar os seus quadros para corresponder a estas mudanças.

O jovem, ao atingir o nível do ensino médio em seus estudos, segundo Bastos,

passa a viver uma fase de extrema importância de sua vida, qual seja a escolha de uma profissão. A carreira militar se apresenta como uma das alternativas viáveis... Nesse contexto, surge a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), cujo papel na orientação do jovem se traduz pela capacidade de desenvolver no mesmo as suas potencialidades e fazer florescer o pendor para a carreira das armas.<sup>101</sup>

A EsPCEX assume papel cada vez mais importante nesta opção dos jovens e, principalmente, dentro do Sistema Educacional Militar, com a mudança no processo de seleção para a AMAN. Toda a carreira fundamenta-se, desde a EsPCEX, em uma progressiva evolução de conhecimentos, a permitir ao militar (considerado de acordo com seu desempenho escolar, profissional e físico), ascender às sucessivas promoções ao longo de aproximadamente 30 a 40 anos de oficialato, tempo considerado ideal, em época de paz, para que o Aspirante a Oficial chegue ao generalato.

---

<sup>101</sup> BASTOS, Nialdo N. de Oliveira (Gen.). *Uma Proposta de Preparação do Aluno*. Cf. **Revista Pedagógica da EsPCEX**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEX, 1990, p.23.

**TABELA 7 – Tempo em cada Posto Oficial**

| <b>Posto</b>  | <b>Tempo Aproximado em Cada Posto</b> |
|---|---------------------------------------|
| Aspirante a Oficial   | 07 meses                              |
| Segundo Tenente   | 01 ano e meio                         |
| Primeiro Tenente  | 04 anos                               |
| Capitão   | 07 anos                               |
| Major   | 05 anos                               |
| Tenente-Coronel   | 05 anos                               |
| Coronel   | 06 anos                               |
| General-de-Brigada<br>General-de-Divisão<br>General-de-Exército | Até 12 anos nos três postos           |

Fonte: Almanaque de Oficiais, EGGCF, 1994. Cf: SOARES, op. cit., p.12.

O tempo determinado para cada posto equivale ao período que o oficial tem para cursar determinada Escola Militar (referente à ascensão hierárquica almejada) e caso não curse tal Escola, sua ascensão será interrompida e, ao final do seu tempo de trabalho, irá se aposentar e entrar para o quadro de oficiais da reserva do Exército. Isto implica em um condicionamento da carreira à educação militar.

Diante desses dados, e sabendo que atualmente o Oficial está obrigado a cursar a EsPCEEx para fazer parte dos oficiais combatentes do Exército, é oportuno que qualquer reformulação profunda no Sistema Militar de Ensino venha a ser buscada a partir da EsPCEEx e daí irradiada para os demais Estabelecimentos de Ensino, como vimos nos capítulos anteriores.

O que falta é tentar responder à primeira pergunta deste trabalho - qual seja, qual o perfil dos oficiais do Exército Brasileiro? Para responder tal indagação é necessário traçar o perfil começando pelo processo de admissão.

### 3.1 Processo de Admissão

A admissão na EsPCEEx é feita mediante concurso público e requer, para tal, algumas condições, tais como: ser brasileiro nato e do sexo masculino, solteiro, viúvo, separado judicialmente ou divorciado, sem encargos de família, descendentes ou dependentes; ter no mínimo 16 (dezesesseis) anos e no máximo 20 (vinte) anos de idade, referidos a 31 de dezembro do ano de inscrição; ter concluído ou estar cursando a 2º série do ensino médio; estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.<sup>102</sup>

O número de vagas oferecido é determinado pelo Estado Maior do Exército (EME) e tem girado em torno de 470 (quatrocentos e setenta) sendo que 235 (duzentas e trinta e cinco) vagas são para os alunos dos Colégios Militares (CM), habilitados através de um Exame de Suficiência, e 235 (duzentas e trinta e cinco) vagas para os demais inscritos que prestam um Exame Intelectual.

O Exame de Suficiência (ES) e o Intelectual (EI) constam de provas escritas das seguintes disciplinas: Matemática, Física/Química, História/Geografia e Português/Inglês (a matéria de Biologia não está inserida nos exames por ser o seu conteúdo diferente do ministrado nos outros sistemas de ensino uma vez que, esta disciplina é voltada para os primeiros socorros e sobrevivência).

Após os exames, os candidatos aprovados e classificados são convocados para realizarem a Inspeção de Saúde (IS) e o Exame de Aptidão Física (EAF), sendo este último dividido em dois dias consecutivos, no decorrer dos quais o candidato aprovado deverá executar os seguintes exercícios com índices mínimos:

---

<sup>102</sup> As inscrições são feitas nas agências credenciadas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o concurso é realizado nas capitais dos Estados brasileiros e nas cidades onde há instituições militares. Cf: *Instrução para o Concurso de Admissão à EsPCEEx, versão 2000.*

**TABELA 8 – Tarefas do Exame de Aptidão Física (EAF)**

| <b>1º Dia</b>            | <b>2º Dia</b>             |
|--------------------------|---------------------------|
| Flexão na Barra: 02      | Salto em Distância: 3 m   |
| Abdominal: 20            | Corrida (12 min.): 1.800m |
| Corrida (100 m): 15 seg. |                           |

Fonte: Manual para o Concurso de Admissão a EsPCEEx, versão 2000, item 6.0, p.11.

Como podemos observar pelo quadro, as atividades físicas não são impossíveis de serem cumpridas pelos jovens candidatos, mas um aluno recém-saído de uma escola pública que não pratica nenhuma atividade física ou não teve aulas de Educação Física durante a sua formação escolar, dificilmente conseguirá realizar tais exercícios, ao contrário dos alunos advindos de Colégios Militares ou mesmo Particulares, onde são ministradas aulas de Educação Física e promovidos até torneios esportivos entre seus discentes, estimulando ainda mais a prática de um esporte e aumentando o seu desempenho físico para exercer tais atividades.

Os candidatos podem realizar a prova em duas etapas para cada uma das tarefas, com intervalo de uma 01 (uma) hora para descanso; e, caso sejam reprovados, podem fazer mais uma vez a prova física.

Serão considerados habilitados para a matrícula os candidatos aprovados no Concurso de Admissão e classificados dentro das 235 (duzentas e trinta e cinco) vagas de cada segmento. As vagas decorrentes de desistência ou de inabilitação, ocorridas antes do início do ano letivo, poderão ser preenchidas, a critério do Comandante da EsPCEEx, desde que haja tempo útil para repor a vaga, pelos candidatos aprovados e não classificados. Não há obrigatoriedade de preenchimento do número total de vagas previsto para o Concurso; isso implica em afirmar que, mesmo oferecendo um número específico de vagas, nem sempre este será o número de alunos.

O número de inscritos para o concurso da EsPCEEx chegou a 16.000, no ano de 1999, concorrendo a 430 vagas; o número de inscritos permaneceu nos últimos anos e o de vagas aumentou para 470.<sup>103</sup>

Podemos notar a grande quantidade de jovens inscritos para o Concurso, muitos sem saber o que é ser militar e outros com um pouco mais de informação sobre a profissão, situação que, segundo o ex-Comandante é algo positivo para o Exército, pois permite

selecionar e matricular jovens oriundos de todas as classes e segmentos da sociedade, permitindo ao Exército manter seu quadro de Oficiais da linha mestra – futuros condutores dos destinos da Instituição – com um perfil médio, ou seja, nem “elitizado”, nem “proletarizado”, como convém uma Força Armada que, desde seu estado embrionário, orgulha-se de ser a expressão do próprio povo brasileiro, em armas.<sup>104</sup>

Ao chegarem à Escola, independente da origem, todos os aprovados são considerados candidatos, pois terão de passar por um período de adaptação, com duração de doze a vinte dias, para somente depois se tornarem oficialmente alunos da EsPCEEx. O período de adaptação, segundo Castro, “poderia sugerir a alguém desavisado, que se busca nesse período um ajustamento, uma acomodação gradual dos novatos à vida militar. Muito pelo contrário, a transição é brusca e intensa”.<sup>105</sup>

Durante esse período, não há licenciamento; os candidatos não podem sair da cidade de Campinas, onde se localiza a EsPCEEx. Passam os finais de semana sem ir para suas casas, as aulas teóricas não se iniciam neste período – o que há é uma ênfase nos assuntos práticos de natureza militar e na cobrança de gestos e atitudes que vão fazer parte da rotina diária do futuro aluno, como a “ordem unida” (treinamento coletivo de marchas, continências e posturas militares), educação física, instruções sobre os regulamentos, conhecimento da Escola,

---

<sup>103</sup> Respostas às perguntas mais frequentes. Cf: *Manual para o Concurso de Admissão à EsPCEEx*, versão 2001, p.02.

<sup>104</sup> STURARI, Op. cit., 2000, p. 11, grifos do autor.

preenchimento de questionários para obtenção de dados econômicos, sociais e culturais dos alunos e dos familiares.

A adaptação, segundo Castro, “visa levar à desistência as pessoas que não possuem vocação ou força de vontade suficiente para o ingresso na carreira militar”.<sup>106</sup> Goffman, entretanto, tem outra opinião e afirma que “este período leva o candidato a um “desequilíbrio” que o faz incapaz temporariamente para encarar certos aspectos da vida diária externa”.<sup>107</sup>

Terminada a adaptação, os candidatos passam pelo portão dos novos alunos que só se abre uma vez ao ano, e lhes é entregue uma boina azul que os caracteriza como alunos da EsPCEEx, em solenidade realizada com a presença dos familiares. A partir desse dia, os candidatos passam à real condição de aluno e começam a contar o tempo de serviço na carreira, sendo que após a matrícula estará incluído na EsPCEEx e incorporado às fileiras do Exército.

Ao se tornar oficialmente aluno, este passa a receber um soldo (vencimento mensal) atualmente equivale a aproximadamente a duzentos e setenta reais (R\$270,00), assistência média, odontológica e psicopedagógica, fardamento, alimentação adequada e alojamento ficando sujeitos aos rigores da vida na caserna, ao internato e às instruções militares. A condição do aluno passa a ser, segundo o Regimento Interno da EsPCEEx,

praça especial equiparado a terceiro-sargento, com precedência hierárquica sobre este. Está, assim, sujeito à legislação das Forças Armadas, constituída, basicamente, do Código Penal Militar (CPM), Estatuto dos Militares (E-1), Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), além dos preceitos contidos no R-126 e no R-114.<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup> CASTRO, Op. cit., 1990, p.15.

<sup>106</sup> Idem, Ibidem, p.15.

<sup>107</sup> “desentrenamiento” que lo incapacita temporariamente para encarar ciertos aspectos de la vida diaria en el exterior. Cf: GOFFMAN, Op. cit., p. 26, grifo do autor.

<sup>108</sup> *Capítulo I – Da situação do militar.* Cf: **Regimento Interno da EsPCEEx**, versão 2002.

Assim, a Escola entra no seu ritmo normal, ministrando aulas pela manhã, estudo e treinamento físico e militar à tarde, tendo as noites livres para permanecer no recinto, sendo uma noite livre para sair do prédio. As atividades semanais terminam na sexta-feira ao meio-dia, quando os alunos são dispensados para irem visitar suas famílias.

Os alunos são constantemente avaliados pelos instrutores e professores que poderão conceituá-los aptos ou não para prosseguir na carreira militar, sendo a nota mínima para todas as disciplinas equivalente a 5,0 (cinco).

Segundo o Capítulo III do Regulamento da EsPCEEx, no seu artigo 44, parágrafo único:

O aluno é considerado habilitado ao término de curso quando, além de aprovado no rendimento escolar com nota igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero) em todas as disciplinas curriculares, for considerado apto moralmente pelo Diretor de Ensino.

Art. 45. Ao término do curso há uma classificação geral dos alunos em ordem decrescente do resultado final do rendimento escolar, expresso em nota e menção.

§ 1º A classificação geral servirá para destacar os alunos com os melhores resultados em cada disciplina e atividade escolar.<sup>109</sup>

Ao terminarem o curso com aprovação, os alunos recebem o diploma de conclusão do ensino médio, o certificado de reservista de 2ª categoria, ficando quites com o serviço militar obrigatório, podendo optar por continuar ou não na carreira, apresentando-se à AMAN. É bom lembrar - nem todos os que terminam o curso na EsPCEEx, ingressam na AMAN e segundo Rossi,

os principais motivos alegados para o não prosseguimento da carreira na AMAN, estão no próprio desencanto com a rotina militar, o interesse por outras profissões, até com aprovação em universidades civis, e a equitação do serviço militar obrigatório, direito garantido ao aluno.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> *Capítulo III – Da habilitação e da Classificação dos alunos.* Cf: **Regulamento da EsPCEEx (R – 114)**, versão 2002.

<sup>110</sup> ROSSI, Regiane Aparecida. **Vocação, tradição ou profissão?**: um estudo sobre a escolha profissional e a evasão escolar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Campinas, São Paulo: FE/UNICAMP, 2001, p.95. (Dissertação de Mestrado).

Os que conseguirem a aprovação na EsPCEEx tem matrícula assegurada na AMAN - desde que atendidas as prescrições reguladoras da inspeção de saúde e do treinamento físico militar, bem como preenchidas as demais condições estipuladas no Regulamento da AMAN - pois a finalidade da EsPCEEx, em última estância, é preparar e avaliar os alunos para a Academia.

### **3.2 Perfil dos alunos**

Visando conhecer o perfil dos alunos da EsPCEEx, fomos buscar em seus arquivos os dados disponíveis. Os anos analisados foram os de 1942, 1948, 1998, 1999, 2000 e 2001, pois, infelizmente, a escola não possui dados dos outros anos, impossibilitando-nos de fazer uma análise seqüencial, por exemplo.

Para Castro,

o principal obstáculo para pesquisar a origem social dos militares tem sido a quase inexistência de dados quantitativos sobre, por exemplo, a profissão e nível de instrução dos pais dos oficiais. Na falta deles, durante muito tempo foi aceito o lugar-comum de que os oficiais, especialmente os do Exército, seriam originários em sua maior parte da “classe média” e, portanto, “representantes” dessa classe.<sup>111</sup>

As tabelas, a seguir, trazem alguns dados referentes à profissão dos pais dos alunos que cursaram a escola em 1942 (o ano em que houve o maior número de inscritos e matriculados na década de quarenta) e 1948.

---

<sup>111</sup> CASTRO, Op. cit., 1993, p. 225.

**TABELA 9 – Profissão dos Pais (1942)**

| <b>Profissão Paterna</b> | <b>Nº</b> |
|--------------------------|-----------|
| Comerciante              | 07        |
| Funcionário Público      | 05        |
| Militar                  | 10        |
| Fazendeiro/Agricultor    | 01        |
| Industrial               | 01        |
| Médico/ Dentista         | 02        |

Fonte: CONCEIÇÃO, op. cit., p.110.

Em 1942, foram inscritos 557 jovens e matriculados e aprovados 39 alunos, sendo que o quadro acima nos mostra serem onze deste total, filhos de profissionais liberais, dez de militares e cinco de funcionários públicos que não especificaram qual o cargo que ocupavam (poderia ser desde um professor universitário até um simples contínuo de uma repartição federal), impossibilitando o estabelecimento de uma categorização exata da classe social com base na profissão dos pais dos alunos.

O que mais chama a atenção é o maior número de alunos filhos de militares, o que, segundo análise de Rouquié, pode ter conseqüências indesejáveis:

a carreira militar tendo poucos atrativos, o recrutamento torna-se mais endógeno, o que aumenta o divórcio dos militares com as elites civis e o espírito de corporação que modela, dessa forma, o desenvolvimento do ensino militar.<sup>112</sup>

Este recrutamento endógeno está presente no Exército há mais de meio século e foi assinalado por alguns pesquisadores durante a década de setenta.<sup>113</sup> Embora estes números não

---

<sup>112</sup> ROUQUIÉ, Op. cit., 1984, p. 89.

<sup>113</sup> Entre aqueles que estudaram a temática, pode-se destacar: STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. Cf: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, livro 2º, capítulo V, vol. II, tomo III, 1978; SODRÉ, Nelson W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

apresentem as profissões dos pais de todos os alunos, e nem especificuem todas às que menciona, chegamos a algumas conclusões:

- não sabemos a profissão dos pais de apenas treze alunos, o que equivale a menos da metade do número de matriculados;
- a maioria pertence às famílias com situação financeira estável, pois os pais exercem uma profissão liberal com renda média se compararmos com o conjunto dos assalariados;
- os filhos de militares e funcionários públicos mesmo de nível mais baixo, são protegidos pelas leis que regem o salário mínimo, funcionam dentro de uma hierarquia burocrática e recebem inúmeros privilégios assistenciais e hospitalares. São também alfabetizados e urbanos.<sup>114</sup>

Isto implica em um número pequeno de alunos da classe baixa, não representando, portanto uma forma de ascensão social para os jovens, naquele período.

Para complementarmos estes dados, informamos a profissão dos pais da turma de 1948.

**TABELA 10 – Profissão dos Pais (1948)**

| <b>Profissão Paterna</b> | <b>Nº</b> |
|--------------------------|-----------|
| Comerciante              | 32        |
| Comerciário              | 32        |
| Funcionário Público      | 45        |
| Militar                  | 42        |
| Fazendeiro / Agricultor  | 11        |
| Industrial               | 05        |
| Médico / Dentista        | 13        |

Fonte: CONCEIÇÃO, op. cit., p. 110.

---

<sup>114</sup> STEPAN, op. cit., 1975, p.30.

Em 1948, foram 693 inscritos no concurso de admissão da EPSP e 271 foram matriculados, mas a tabela acima apresenta apenas a profissão dos pais de 180 alunos, um percentual de 66,42%. Os números não diferem muito do quadro de 1942, pois 93 alunos eram filhos de profissionais liberais, 45 filhos de funcionários públicos e 42 filhos de militares, o que nos possibilita afirmar ser, nestes dois momentos, a maioria dos alunos da EPSP filhos de profissionais liberais e de militares, reforçando, portanto, o indicado acima.

É comum ouvir nas falas militares que entrar para o Exército (ou para as Forças Armadas) é ascender socialmente. Essa crença é, inclusive, utilizada como justificativa para a manutenção do Serviço Militar Obrigatório.<sup>115</sup> Todavia, os dados aqui indicam que a entrada na EsPCEEx não implica, necessariamente, em uma ascensão social, pois não se pode comprovar que a Força recruta a maior parte de seus soldados entre os cidadãos menos favorecidos em termos econômicos.

Saber se os alunos da EPSP faziam parte da classe social alta, média ou baixa não é o mais importante neste trabalho, pois devido ao número de filhos de militares ser expressivo, a endogenia assume prioridade nesta pesquisa, reforça o estudo da instituição militar e a socialização profissional a que são submetidos para a compreensão de sua visão de mundo e de comportamento social.

Esses dados são melhores avaliados se combinados com o fato de que, nos anos quarenta, o Exército já havia passado por várias reformulações nos seus Estabelecimentos de Ensino e na própria instituição como um todo, introduzidas principalmente pela Missão Militar Francesa objetivando criar um Oficial mais preparado para exercer a carreira. Segundo Coelho,

---

<sup>115</sup> Para uma análise sobre o Serviço Militar Obrigatório, veja o competente trabalho de: KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **O serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil.** São Paulo: FFLCH/USP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

a influência da Missão Militar Francesa estimulou a modernização e o aperfeiçoamento profissional, sendo que, os instrutores franceses exerceram sua influência particularmente sobre os oficiais mais jovens que, aos poucos, se mostrariam mais competentes do que seus superiores hierárquicos.<sup>116</sup>

Os dados disponíveis dos anos quarenta são insuficientes, mas os analisamos para mostrar como nasceu a EsPCEEx e quem eram seus alunos, embora o nosso interesse maior seja conhecer quem são os alunos dos últimos anos. Há vários dados sobre os alunos que cursaram a escola no final dos anos noventa e início do ano dois mil; atualmente, estes dados são coletados na primeira semana de aula, facilitando a vida de pesquisadores e também do próprio Exército, que terá maior controle sobre a preparação e seleção do jovem para a AMAN.

As tabelas serão divididas na seguinte ordem: número de alunos e origem, aspectos culturais, sociais e econômicos proporcionando uma seqüência coerente para facilitar a compreensão dos dados.

**TABELA 11 – Número de Alunos Matriculados**

| <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> | <b>2001</b> |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 543         | 508         | 498         | 472         |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx.

Pelos dados fica fácil a percepção de que o número de alunos vem decaindo gradativamente, lembrando caber ao DEP estabelecer o número de vagas a ser preenchido na EsPCEEx todos os anos, podendo ser facilmente alterado para mais ou menos; já o número de inscritos, chega a 16.000 e tem aumentado a cada ano, assim como a relação candidato/vaga.

---

<sup>116</sup> COELHO, Op. cit., p. 83.

**TABELA 12 – Origem por Estado**

| <b>PERÍODO/<br/>ESTADO</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> | <b>2001</b> |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| São Paulo                  | 5 %         | 5,1 %       | 5,6%        | 7,9 %       |
| Distrito Federal           | 8,8 %       | 8,5 %       | 10 %        | 7,9 %       |
| Minas Gerais               | 15,8 %      | 15,2 %      | 13 %        | 13 %        |
| Rio de Janeiro             | 28,2 %      | 28 %        | 30 %        | 24,8 %      |
| Outros                     | 42,2 %      | 43,2 %      | 41,4 %      | 46,4 %      |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx.

Mesmo sendo dados percentuais, os quatro Estados da tabela acima correspondem a mais de cinquenta por cento dos alunos e em todos há Colégios Militares, sendo metade das vagas oferecidas pela EsPCEEx, reservadas para alunos dos estabelecimentos militares.

Analisando a tabela, percebemos que estas regiões são consideradas as mais desenvolvidas, proporcionando a seus habitantes níveis sócio-econômicos e culturais mais elevados; já os outros estados, não expressam números significativos de alunos e, segundo análise de Stepan, “o motivo maior reside na deficiência dos sistemas escolares da região, pois os requisitos de educação para o ingresso na academia são provavelmente demasiado elevados para que outros estados possam competir”.<sup>117</sup>

Como a metade dos alunos da EsPCEEx é proveniente de Colégios Militares, apresentamos a seguir uma tabela com a localização dos colégios e sua porcentagem de alunos que cursaram a EsPCEEx.

---

<sup>117</sup> Idem, Ibidem, p. 32-33.

**TABELA 13 – Alunos de Colégios Militares**

| <b>Período/Colégios Militares</b>                     | <b>1998</b>   | <b>1999</b>   | <b>2000</b>   | <b>2001</b>   |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Colégio Militar de Porto Alegre                       | 12,6 %        | 12,2 %        | 6,5 %         | 13,1 %        |
| Colégio Militar de Brasília                           | 18,7 %        | 15,6 %        | 20,5 %        | 17,9 %        |
| Colégio Militar do Rio de Janeiro                     | 23,9 %        | 24,1 %        | 23,7 %        | 16,2 %        |
| Colégio Militar de Santa Maria<br>(Rio Grande do Sul) | *             | *             | 8,8 %         | 7,9 %         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>55,2 %</b> | <b>51,9 %</b> | <b>59,5 %</b> | <b>55,1 %</b> |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx.

\*Os alunos do Colégio Militar de Santa Maria (Rio Grande do Sul) não cursaram a EsPCEEx nos anos de 1998 e 1999.

Analisando os dados acima e cruzando-os com os da tabela 12, notamos que o estado do Rio de Janeiro tem uma representação maior - o Colégio Militar (o mais antigo) deste estado fornece o maior percentual de alunos para a EsPCEEx - equivalendo ao fato de que estes ao adentrarem à Escola, já possuem uma noção dos atributos militares, como postura, alguns conhecimentos da carreira e do ensino militar, não encontrando grandes dificuldades para se adaptarem à rotina da escola, embora os Colégios Militares não funcionem no sistema de internato.

Levando em conta a região, devemos lembrar que no estado do Rio de Janeiro encontram-se as maiores unidades militares, além das escolas mais importantes das três Forças. Já o Rio Grande do Sul é reconhecido como um grande fornecedor de braços para a Força de terra, segundo Stepan, “é a região onde se estabeleceram, tradicionalmente, as maiores guarnições do Exército brasileiro por fazer fronteira com o Uruguai e a Argentina”.<sup>118</sup>

No Distrito Federal, as Forças Armadas estão constantemente representadas, na segurança do presidente da República, Chefe Supremo das Forças Armadas, no Ministério da Defesa e no fato de que na cidade de Brasília há o maior Colégio Militar.

Mas não temos apenas alunos dos Colégios Militares, daí a necessidade de conhecermos o nível de escolaridade dos alunos, mesmo sabendo que para prestar o concurso de admissão faz-se necessário estar ou ter concluído a 2ª série do ensino médio.

**TABELA 14 –Nível de Escolaridade dos Alunos**

| <b>Período/Grau de Escolaridade</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> | <b>2001</b> |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| 2º ano do Ensino Médio              | 46,6 %      | 39,3 %      | 26 %        |
| 3º ano do Ensino Médio              | 53,4 %      | 60,7 %      | 74 %        |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx

Os números desta tabela mostram que a EsPCEEx ministra a 3ª série do ensino médio e a maioria dos seus alunos já a concluiu em colégios civis ou militares, reafirmando, mais uma vez, que para ser um Oficial do Exército deve-se cursar a EsPCEEx, não há outro caminho para fazer parte do Corpo de Oficiais Combatentes de Carreira, além de representar para muitos um cursinho preparatório para as melhores universidades do país devido à qualidade de ensino oferecida. Também aponta para o grau de dificuldade de seu processo seletivo, superando os exames vestibulares para cursos tradicionais de universidades públicas.

Além da maioria dos alunos ter concluído o ensino médio, estes chegam à EsPCEEx com um conhecimento significativo em informática, correspondendo em parte ao Projeto EsPCEEx 2000 e seu intento em usar o computador nas salas de aula, e a necessidade do Exército em formar os seus quadros em sintonia com os avanços tecnológicos, que segundo Oliveira “novas atitudes profissionais são necessárias ao desenvolvimento das Forças Armadas, em especial no contexto do regime democrático”.<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> Idem, Ibidem, p. 33.

<sup>119</sup> OLIVEIRA, Op. cit., p. 98.

**TABELA 15 – Conhecimento em Informática**

| <b>Período/Nível de Conhecimento</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> | <b>2001</b> |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Nenhum                               | 25,9 %      | 18,7 %      | 10,9 %      |
| Básico                               | 48,7 %      | 47,9 %      | 56,4 %      |
| Intermediário                        | 22,5 %      | 29 %        | 27,8 %      |
| Avançado                             | 2,9 %       | 4,4 %       | 4,9%        |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEX.

O percentual de alunos que tem conhecimento em informática aumentou abruptamente nesses três anos, isto se deve ao fato da entrada dos computadores nas escolas militares e civis, ao baixo custo da máquina a facilitar sua aquisição à necessidade existente no mercado de trabalho de pessoas qualificadas nessa área e à importância que o Exército dá ao uso de novas tecnologias, nos seus estabelecimentos de ensino.

**TABELA 16 - Postos dos Pais (apenas dos Militares)**

| <b>Período/Graduação</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Brigadeiro               | 01          | 01          | 01          |
| General                  | 03          | 02          | 04          |
| Coronel                  | 19          | 18          | 15          |
| Tenente Coronel          | 29          | 24          | 21          |
| Major                    | 13          | 15          | 12          |
| Capitão                  | 02          | 02          | 03          |
| 1° Tenente               | 14          | 07          | 05          |
| 2° Tenente               | 01          | 03          | 04          |
| Aspirante a Oficial      | 21          | 22          | 19          |
| Sub-Tenente              | 51          | 49          | 47          |
| 1° Sargento              | 20          | 19          | 21          |
| 2° Sargento              | 19          | 18          | 27          |
| 3° Sargento              | 56          | 51          | 49          |
| Cabo                     | 13          | 12          | 09          |
| Taifeiro                 | 05          | 03          | 02          |
| Soldado                  | 11          | 14          | 07          |
| <b>TOTAL</b>             | <b>278</b>  | <b>260</b>  | <b>246</b>  |

Fonte: ROSSI, op. cit., p. 124.

O número de filhos de Oficiais Gerais (o último degrau na hierarquia militar) é pequeno, mas teve um aumento gradativo. Já se considerarmos os Oficiais Intermediários, os números são mais significativos; mas, não podemos esquecer da relação que há entre a idade dos alunos que cursam a EsPCEX e a de seus pais, pois ao chegarem nestes postos, se tiverem filhos, estes terão, provavelmente, a idade necessária para cursar a EsPCEX.<sup>120</sup>

---

<sup>120</sup> Para uma melhor compreensão da análise, basta olharmos a tabela 07, relacioná-la a idade em que o Oficial Intermediário passou a fazer parte do quadro de soldados do Exército e assim teremos uma suposta idade de seus filhos.

Grande parte dos alunos é composta por filhos de Subtenentes e Sargentos, não classificados no oficialato, que não cursaram, necessariamente, as Escolas militares para chegarem a seus postos e, por isso, não podem ascender na hierarquia. Segundo Rossi “isso caracteriza uma espécie de ‘projeção’ com relação aos filhos e ao oficialato”.<sup>121</sup>

Porém, de todos os números, temos que ressaltar o elevado índice de filhos de Sargentos (1º, 2º e 3º) que cursam a EsPCEEx, pois corresponde a montante significativo e que tem aumento nos últimos anos. Se somarmos as três categorias, chegaremos aos seguintes dados: 1988 – 95 alunos (34,1%); 1999 – 88 alunos (33,8%) e 2000 - 97 alunos (39,4%). A porcentagem varia de 30 a 40% em apenas três anos, isto é significativo, pois aponta para o fato de que esses jovens são de famílias com certa estabilidade e de renda média, proporcionando aos mesmos uma educação melhor e um incentivo para seguir e chegar ao topo da hierarquia.

A análise de Castro, apresenta-nos dados referentes à patente dos pais dos alunos da AMAN de três décadas, de setenta a noventa, afirmando que cerca de 75% dos filhos de militares que ingressaram na AMAN eram filhos de oficiais subalternos ou praças (subtenentes, sargentos, cabos ou soldados), contra apenas cerca de 25% de filhos de oficiais superiores (formados na própria AMAN) chegando à conclusão de que

o ingresso na Academia Militar representa, portanto, um claro meio de *ascensão social* dentro do próprio Exército, com filhos de militares de baixa patente cruzando a principal barreira da hierarquia militar, a que separa praças de oficiais. Dada a pouca idade com que a opção pela carreira militar é feita, desconfio que, em muitos casos, o projeto de ascensão social seja antes familiar que individual.<sup>122</sup>

Embora esses dados não sejam dos alunos da EsPCEEx, não podemos esquecer que, desde 1990, só entra na AMAN quem conclui o curso da EsPCEEx; portanto, se compararmos estes

---

<sup>121</sup> Idem, Ibidem, p.125. grifo da autora.

<sup>122</sup> CASTRO, Op. cit., 1993, p. 291, grifos do autor.

dados com os da tabela 16, observaremos não ter ocorrido uma mudança significativa quanto à patente dos pais dos alunos da EsPCEEx. Não temos dados suficientes para afirmar que isto represente uma ascensão social, familiar ou individual, pois não podemos deixar de considerar o salário desses oficiais, o seu nível escolar e de seus filhos, como analisamos acima.

Além de filhos de militares, há os filhos de civis, representando número significativo no conjunto dos alunos da Escola, vejamos:

**TABELA 17 – Alunos da EsPCEEx ( Filhos de Civis)**

| <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|-------------|-------------|-------------|
| 265         | 248         | 252         |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx.

Ao compararmos os dados da tabela 16 com a 17 (pais militares X pais civis), constatamos que, somente no ano de 2000, o número de filhos de civis (252) superou o número de filhos de militares (246) – uma diferença de seis alunos apenas. Nos outros anos nos, temos uma diferença um pouco maior, mas não muito expressiva, pois chega a ser de 278 o número de filhos de militares (em 1998) contra 265 filhos de civis (em 1999); esse número vai para 260 filhos de militares e 248 de civis, perfazendo uma diferença de treze alunos em 1998 e doze em 1999.

Se cruzarmos esses números com os das tabelas 09 e 10, percebemos haver um equilíbrio na porcentagem de filhos de militares e inexistir uma diferença considerável entre o número de filhos de civis e militares. Castro apresenta outros dados das décadas de quarenta, sessenta e oitenta, observando ter o número de filhos de militares ultrapassado o de filhos de civis a cursar a

AMAN, e afirma que “há um aumento no recrutamento endógeno, presente no Exército há pelo menos meio século e que os dados da década de 80 confirmam essa tendência”.<sup>123</sup>

Essa diferença de dados, dos anos oitenta para os anos noventa talvez esteja no fato de que apenas os cursantes da EsPCEx puderam ingressar na AMAN, a partir de 1990; pelo decrescente número de alunos matriculados nos últimos anos como observamos na tabela 11, pois até 1990 o percentual de alunos da EsPCEx que entrava na AMAN era de 46,6%, não correspondendo portanto, à metade do número de alunos.<sup>124</sup>

Ainda segundo Castro, “diante do grande peso percentual do auto-recrutamento nos anos 80, tem menos importância a afirmação de que a maioria dos oficiais do Exército é oriunda de uma “classe média” do que a constatação de que eles são, cada vez mais, *filhos de militares*”.<sup>125</sup> Já para os anos 90, não é possível repetir essa informação, pois, como apontam os dados, há um equilíbrio entre os alunos (e, portanto, entre os aspirantes à AMAN) de origem familiar civil e militar. Fator instigante é, ao contrário do que analisou Castro para os anos 80, a origem de classe média dos alunos.

Todavia, diferente das definições em voga nos anos 50 e 60, principalmente a análise proposta por Werneck Sodré,<sup>126</sup> a classe média não tem uma identidade precisa. Ao contrário, diversos estudos vêm mostrando a necessidade de novas definições para que as avaliações fundadas na noção de “classe média” possam ser registradas. Não é interesse deste trabalho definir isto, mas sim chamar a atenção para as diferenças entre a vida militar e a civil, bem como analisar o jovem aspirante a militar.

Os dados a seguir adensam as informações acima indicadas:

---

<sup>123</sup> Idem, Ibidem, 1993, p. 227.

<sup>124</sup> Idem, Ibidem, p. 227.

<sup>125</sup> Idem, Ibidem, p. 226-227. grifos do autor.

<sup>126</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

**TABELA 18 - Situação dos Pais (Civis / Militares)**

| <b>Período/Situação dos Pais</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Casados                          | 79,7 %      | 74,6 %      | 77,8 %      |
| Separados                        | 14 %        | 14,8 %      | 14,7 %      |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx.

**TABELA 19 – Escolaridade do Pai**

| <b>Período/Escolaridade do Pai</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Analfabeto                         | 0,4 %       | 1,5 %       | 1,6%        |
| Ensino Fundamental                 | 13,6 %      | 16,1 %      | 11,7 %      |
| Ensino Médio                       | 35,2 %      | 31,3 %      | 32,2 %      |
| Ensino Superior                    | 39,6 %      | 28,8 %      | 28,7 %      |
| Mestrado                           | 4,4 %       | 8,5 %       | 11,7 %      |
| Doutorado                          | 2,2 %       | 8,5 %       | 11,7 %      |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx.

Na tabela 19, temos as porcentagens dos níveis de instrução dos pais, onde constatamos que o número de qualificação profissional (Mestrado e Doutorado) aumentou gradativamente, ao contrário dos outros dados que apresentam uma pequena oscilação. O único nível de escolaridade estacionado na casa dos 30% foi o do ensino médio, representando o maior percentual de todos. Contudo vale enfatizar o maior número de alunos filhos de suboficiais, particularmente sargentos, é expressivo, também influenciando nos dados apresentados na Tabela 19.

Também é considerável a atenção, embora ainda seja pouco expressivo em termos absolutos, o aumento do número de analfabetos.

A renda familiar contribui para uma melhor análise dos dados da tabela acima.

**TABELA 20 – Renda Familiar**

| <b>Período/Renda</b>         | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Até 5 salários mínimos       | 8,3 %       | 12,5 %      | 7,5 %       |
| De 6 a 10 salários mínimos   | 22,6 %      | 26,6 %      | 26,9 %      |
| De 11 a 15 salários mínimos  | 18 %        | 26,5 %      | 22 %        |
| De 16 a 20 salários mínimos  | 18 %        | 15,6 %      | 19,4 %      |
| Acima de 21 salários mínimos | 29,3 %      | 22,3 %      | 24,5 %      |

Fonte: Arquivos da Seção Psicopedagógica da EsPCEEx.

Os números mostram a renda familiar dos alunos da EsPCEEx, na maioria de 06 a 10 salários mínimos (equivale, atualmente, a R\$ 1.200,00 e R\$ 2.000,00) e acima de 21 salários mínimos (R\$ 4.200,00). Levando em consideração o salário mínimo, atualmente, equivalente a duzentos reais (R\$ 200,00), podemos concluir que os alunos fazem parte de famílias de renda média e alta, comprovando que o Exército não é um meio de ascensão social, pois o percentual dos possuidores de uma renda de até 05 salários mínimos (R\$ 1.000,00) teve uma queda expressiva no ano de 2000, talvez pelo aumento da concorrência e pelo fato de metade dos alunos originar de Colégios Militares das regiões mais desenvolvidas do país.

Esses dados vão ao encontro da análise de Stepan que diz que “isto pode indicar que a profissionalização do quadro de oficiais e a elevação dos padrões diminuirá o papel dos militares como meio de mobilidade social”.<sup>127</sup>

Não podemos esquecer que o processo de modernização de ensino do Exército, iniciado nos anos noventa, exige, cada vez mais, jovens melhores preparados para fazer parte do quadro de Oficiais. Isto, para uma instituição total, automaticamente seleciona os mais preparados que

---

<sup>127</sup> STEPAN, Op. cit., 1975, p. 31.

encontram oportunidades de aperfeiçoamento de acordo com as condições sócio-econômicas e culturais de sua família, pois segundo Oliveira,

os militares constituem uma categoria com um dos mais elevados graus de profissionalização no interior do serviço público, se forem consideradas variáveis como as regras de inscrição, seleção, formação, ingresso e promoção; regulamentação estrita e exaustiva do desempenho profissional; rede de escolas para a formação de uma gama bastante variada de profissionais sob uniforme: avaliação de resultados; relação custo-benefício, etc.<sup>128</sup>

Todos os dados apresentados, conduzem a ressaltar que há na EsPCEEx dois universos nítidos e distintos em termos de conhecimento: os alunos dos colégios militares e dos colégios civis provenientes de formações educacionais diferentes. Há, também, os filhos de militares, divididos em pais com patente superior, intermediária e inferior e somam um número expressivo, mais equilibrado nos últimos anos, contradizendo a análise de Castro, segundo quem há uma tendência ao recrutamento endógeno.

Por fim, temos a situação sócio-econômica dos alunos pertencentes a classe média; podemos concluir, mediante todos estes dados, não ser o Exército atualmente, um meio de ascensão social, pois os seus futuros combatentes têm outras escolhas profissionais civis devido à oportunidade que suas famílias possam lhes oferecer e se o auto-recrutamento existe, este se manteve equilibrado.

---

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Op. cit., 1994, p. 98.

### **3.3) Desistência Profissional**

Apesar do número de inscritos para o concurso de admissão da EsPCEEx chegar a dezesseis mil, há alunos que optam por não continuar na carreira militar antes de concluir ou não o curso oferecido pela EsPCEEx; nem sempre os alunos se identificam com a instituição.

Não podemos esquecer que ao entrar na EsPCEEx, os alunos passam, automaticamente, a fazer parte do Exército – portanto são militares – até então, permanecem neles as características de cidadãos comuns; aos poucos dão-se conta de que são ao mesmo tempo membros das Forças e membros da base societária, na condição de cidadãos com anseios, valores, angústias, dificuldades, preferências e satisfações similares às de todos os cidadãos.

Esta condição de cidadão e militar muda, gradativamente, de acordo com a formação recebida na escola; os alunos tornam-se apenas membros de instituições impregnadas pela ideologia da ordem e da preocupação com a segurança e defesa, pois a formação militar assegura homogeneidade de comportamento.

**TABELA 21 – Motivos da Escolha pela EsPCEX**

| <b>Período/Motivos</b>        | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Estabilidade                  | 312         | 323         | 331         |
| Gosto pela carreira           | 268         | 301         | 298         |
| Influência Familiar           | 217         | 299         | 287         |
| Status social                 | 211         | 278         | 247         |
| Boa remuneração               | 184         | 171         | 199         |
| Gratuidade de Estudo          | 72          | 89          | 75          |
| Assistência médica            | 28          | 31          | 05          |
| Inestabilidade do país        | 48          | 72          | 99          |
| Boa formação                  | 64          | 69          | 78          |
| Influência do Colégio Militar | 11          | 17          | 21          |
| Reprovação em Universidades   | 10          | 11          | 19          |
| Aposentadoria Integral        | 06          | 24          | 34          |
| Sonho de infância             | 17          | 10          | 03          |
| Boa formação intelectual      | 19          | 24          | 34          |
| Formação Física               | 07          | 05          | 03          |
| Influência de amigos          | 11          | 12          | 09          |
| Patriotismo                   | 05          | 15          | 09          |
| Carreira vibrante             | 19          | 21          | 25          |
| Moradia gratuita              | 03          | 07          | 04          |
| Para guerrear                 | 02          | 00          | 00          |

Fonte: ROSSI, op. cit., p. 127.

Nos cinco primeiros itens dessa tabela, estão os maiores números dos motivos alegados pela escolha da profissão das armas. Analisando estes cinco itens, percebemos serem três referentes a aspectos econômicos: estabilidade, status social e boa remuneração. Esta preocupação é constante atualmente na sociedade como um todo, a instabilidade financeira, o alto índice de desemprego e o baixo poder aquisitivo estão presentes na vida do cidadão brasileiro, e muitos jovens vêem o ingresso nas Forças Armadas como outra alternativa de vida, com

estabilidade e um melhor salário, daí os motivos que levam estes jovens a optarem pela carreira militar.

O segundo grande motivo da opção pela carreira militar (gosto pela carreira), nos leva a concluir que esses jovens chegam a EsPCEx com a certeza do almejado para o seu futuro, são vocacionados para a carreira militar. Não podemos deixar de comparar estes dados com os da tabela 16, informa-nos esta tabela ser mais da metade dos alunos da EsPCEx filhos de militares, sendo metade de suas vagas reservadas para os alunos dos Colégios Militares, levando-nos a presumir ter estes jovens uma noção maior do que é *ser* um militar e o que a carreira proporciona, podendo assim, decidir melhor sobre a sua profissão.

Já o terceiro – a influência da família – está relacionado ao fato de que muitos jovens, na idade de 16 a 20 anos, ainda não se encontram preparados para escolher a sua profissão e acatam a decisão de seus pais que, muitas vezes, sonharam em servir o Exército ou estão informados da estabilidade proporcionada pela carreira, ou são militares e desejam que seus filhos sigam sua profissão, influenciando diretamente na escolha profissional e, muitas vezes, pessoal destes jovens.

Diante de todos esses dados, um merece destaque: é o último da tabela – para guerrear – esta é a condição básica a justificar a existência das Forças Armadas e, muitos dos que entram para o Exército, não têm noção do que é seja um militar e qual a sua função, e quando conhecem a finalidade da Força, alguns desistem da carreira.

Além dos motivos de escolha, temos também as vantagens vistas pelos alunos na carreira.

**TABELA 22 –Vantagens da Carreira para os Alunos**

| <b>Período/Vantagens</b>    | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Estabilidade                | 398         | 371         | 384         |
| Segurança Econômica         | 354         | 264         | 399         |
| Status Social               | 199         | 187         | 205         |
| Formação social e cultural  | 147         | 100         | 154         |
| Assistência médica          | 48          | 51          | 65          |
| Satisfação pessoal          | 82          | 74          | 72          |
| Trabalho dinâmico           | 58          | 54          | 59          |
| Patriotismo                 | 54          | 39          | 18          |
| Moradia                     | 15          | 24          | 24          |
| Companheirismo              | 20          | 17          | 13          |
| Ajuda à comunidade          | 08          | 09          | 12          |
| Vida digna na aposentadoria | 07          | 09          | 11          |
| Ensino de alta qualidade    | 14          | 05          | 17          |
| Hierarquia                  | 00          | 04          | 02          |
| Viagens                     | 05          | 08          | 04          |
| Cursos de especialização    | 08          | 11          | 04          |

Fonte: ROSSI, op. cit., p. 131.

Os aspectos econômicos são os de maior interesse dos jovens, talvez por conhecerem a estabilidade que a carreira proporciona e o valor do soldo em cada etapa de sua formação, não implicando, necessariamente, em ascensão social, pois não podemos nos esquecer serem esses jovens filhos da “classe média”, advindos dos estados mais desenvolvidos do país, possuindo um grau de escolarização considerável, além, é claro, de terem passado por um concurso público extremamente competitivo.

No caso da carreira militar, além de receber a qualificação, à medida que o aluno for cursando as escolas militares o valor do soldo aumenta gradualmente, mudando de posto e conquistando um degrau a mais na hierarquia.

**TABELA 23 – Desvantagens da Carreira**

| <b>Período/Desvantagens</b>            | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Perda de liberdade                     | 325         | 267         | 289         |
| Transferências                         | 246         | 301         | 284         |
| Rotina Militar                         | 198         | 287         | 183         |
| Afastamento da Família                 | 84          | 67          | 72          |
| Baixos salários                        | 54          | 64          | 71          |
| Esforço demais                         | 17          | 35          | 18          |
| Frieza no tratamento dos superiores    | 19          | 18          | 15          |
| Risco de guerra                        | 07          | 11          | 04          |
| Não ter direito a outra fonte de renda | 08          | 12          | 11          |
| Solidão                                | 06          | 08          | 03          |
| Abuso de poder                         | 07          | 06          | 10          |
| Falta de adaptabilidade da família     | 11          | 04          | 07          |
| Fazer a barba todos os dias            | 02          | 00          | 00          |

Fonte: ROSSI, 2001, p. 132.

A perda de liberdade, apontada como uma das maiores desvantagens, é sentida logo nos primeiros dias do ano letivo, quando o jovem permanece por quinze a vinte dias na EsPCEEx sem poder ir para casa nos finais de semana e também no restante do ano, pois a escola funciona no sistema de internato, embora possam sair toda sexta-feira após o expediente encerrado ao meio-dia (antes do Rancho).

Outra desvantagem é a transferência, pois ficam um ano na EsPCEEx, e em seguida partem para a AMAN, em Resende, percebendo, assim, que um militar não fica muito tempo em uma cidade e pode ser deslocado a qualquer momento sem saber quando e para onde vai. O terceiro item não é um bom motivo para seguir a carreira, pois há uma rotina cansativa entre estudos em sala de aula, treinamento físico, instrução militar, horário de dormir, acordar, fazer as refeições,

enfim, tudo é programado e cronometrado de acordo com as normas do estabelecimento de ensino.

Até agora apresentamos as vantagens e desvantagens que os alunos vêm na carreira militar, mas, falta-nos motivos para continuarem ou não no Exército.

**TABELA 24 – Motivos para Mudança Profissional**

| <b>Período/Motivo da desistência</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Rigidez do Regime Militar            | 64          | 51          | 48          |
| Transferências                       | 52          | 49          | 31          |
| Baixos salários                      | 36          | 41          | 25          |
| Distanciamento da família            | 28          | 30          | 10          |
| Notas baixas                         | 16          | 21          | 14          |
| Interesse por outra profissão        | 29          | 19          | 24          |
| Esforço físico demasiado             | 09          | 05          | 04          |
| Aprovação em universidade            | 03          | 06          | 05          |
| Abuso de poder                       | 00          | 04          | 03          |

Fonte: ROSSI, 2001, p. 133.

A rigidez militar é um dos maiores motivos que leva os jovens a desistir da profissão, pois, como vimos, a disciplina e a hierarquia são os alicerces das Forças Armadas, e o aluno estará sujeito ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) com princípios determinantes da rigidez do regime, entre eles destacamos:

Art. 79. O aluno da EspCEEx está sujeito ao Código Penal Militar e ao RDE, consideradas as limitações impostas pelas peculiaridades da vida escolar, no que se refere às transgressões disciplinares.

§ 1º O Regimento Interno da EspCEEx estabelece as regras e normas de aplicação de punições e discrimina as transgressões disciplinares que são peculiares à vida escolar, sem prejuízo do estabelecido nos regulamentos militares.<sup>129</sup>

---

<sup>129</sup> Capítulo III – Do Regime Disciplinar. Cf: **Regulamento Disciplinar do Exército (R – 114)**, versão 2002.

O primeiro motivo de desistência dos alunos, apontado na tabela acima, não aparece na tabela 23, isso nos leva a concluir que somente após alguns meses de vivência em uma instituição militar, o aluno conhecerá parte do funcionamento do sistema educacional militar; até então, tem apenas suposições ou comentários de quem já cursou tal escola.

A transferência, antes vista como desvantagem, passou a ser motivo de abandono ou desistência da carreira, pois é algo que vivenciam assim que deixam suas casas para cursar a EsPCEEx, distanciando-se de suas famílias, amigos, namorada, enfim de sua vida social.

Da análise das tabelas acima, chegamos a algumas considerações sobre o perfil do aluno da EsPCEEx, relativos aos anos de 1998, 1999 e 2000.

Muitos desses alunos já concluíram os seus estudos na AMAN, e outros estão terminando ou no meio do caminho; já são, portanto, cadetes ou aspirantes do Exército. O perfil desses oficiais, que em breve estarão assumirão a patente de oficiais superiores, pode ser descrito como jovens provindos dos estados brasileiros mais desenvolvidos (onde Colégios Militares) tendo a experiência de um concurso público concorrido, e apresentado um nível escolar acima do exigido, facilitadas foram suas entradas na EsPCEEx e suas permanências na mesma.

A maioria, sendo filhos de militares, está informada e conhece a profissão, alega como motivos da escolha os aspectos econômicos que a carreira proporciona, como estabilidade, *status* social e boa remuneração, embora tenham consciência da perda da liberdade.

Como o número de vagas diminuiu nos últimos anos e a metade é reservada para os alunos dos Colégios Militares; podemos caracterizar a situação sócio-econômica desses alunos, em sua maior parte, como jovens de “classe média” que têm outras oportunidades de trabalho, mas, devido à instabilidade econômica do país, acabaram optando pela profissão mais segura e de ascensão mais rápida, se comparada às clássicas profissões civis: quem sai do ensino médio com um salário garantido e apenas para dedicar-se aos estudos?

Esses oficiais, que em média dentro de 30 ou 35 anos estarão ocupando os postos de Oficial-General, terão uma excelente formação e por causa da exigência de ingressarem por meio da EsPCEEx, não passarão pelo que os alunos de outros anos passaram, não conviveram, por exemplo na AMAN, com jovens que não sabiam a postura de um militar e muito menos conheciam as exigências e sacrifícios da profissão, como era até 1990, além é claro de terem sido uma das primeiras turmas a desfrutar do Projeto de Modernização do Ensino do Exército que teve iniciado em 1995, e definitivamente implantado na EsPCEEx, a partir de 1997, buscando constantemente, reciclar e preparar o seu quadro de oficiais para os acontecimentos da atualidade.

Essas mudanças, talvez tenham contribuído para um melhor entendimento entre um Oficial Superior e um Subordinado, pois o ensino de nível médio (ministrado na EsPCEEx) prepara e avalia o jovem para dar continuidade em sua carreira, começando pela AMAN, onde este já adentra com conhecimento e preparo militar, acostumado, portanto, a acatar ordens, e dar ordens quando designado.

Embora não estejam apáticos aos acontecimentos políticos, sociais e econômicos, até pela sua formação e posição diante de tudo isso, esses militares concentram-se mais na caserna do que nas ruas, mas defendem seus interesses e opiniões sem que, muitas vezes, a sociedade perceba (um exemplo disso é o que ocorreu, no início de 2003, após a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando os militares do Exército foram designados pelo Ministro dos Transportes a colaborarem na construção e recapagem das estradas federais e, o assunto sumiu da imprensa sem que, aparentemente, os soldados tenham se dedicado a isto). Por outro lado, parece que a propalada modernização, se não coaduna em seus métodos com a hierarquia e disciplinas militares, têm funcionado como meio de inculcar nos jovens, desde muito cedo, que a democracia é o melhor dos regimes porque nela a responsabilidade pelos projetos nacionais são dos eleitos e não dos técnicos, justamente como são formados os soldados do Exército: técnicos em defesa.

### **Considerações Finais.**

Analisando o que foi exposto ao longo deste trabalho, chegamos a algumas considerações sobre o projeto de modernização do ensino do Exército, voltado para as mudanças no cenário internacional nos anos noventa, apontando a necessidade de um preparo militar para atuar em novas frentes e, segundo análise de Flores,

o tipo de preparo militar não depende do regime político, mas do problema de defesa que exista; seja ditadura, democracia, monarquia ou república, a ameaça que deve ser superada é que vai definir que tipo de Forças Armadas é necessário.<sup>130</sup>

Como há um descaso pelo tema, pesquisamos as especificidades do ensino militar ministrado na EsPCEEx, o projeto de modernização implantado em 1995, e o perfil dos seus alunos, na expectativa de conhecer a política de educação militar e como as Forças Armadas, em especial o Exército, formam os seus quadros profissionais.

A procura pela EsPCEEx é grande e o número de vagas diminuiu gradativamente nos últimos três anos, aumentando a concorrência e melhorando o nível de instrução dos alunos que correspondem com as especificidades do ensino militar.

Esta mudança caminhou juntamente com um projeto de modernização do ensino militar implantado pelo Exército implantado em seus estabelecimentos de ensino; no caso da EsPCEEx, foi o Projeto EsPCEEx 2000, em parceria com a Faculdade de Educação da Unicamp, permitindo a visualização de um novo profissional militar, empenhado em comunicar com a sociedade civil, incluindo o próprio método de educação adotado, ou seja, a teoria do construtivismo. Esta teoria não condiz com um estabelecimento de ensino militar, onde a disciplina e a hierarquia prevalecem, impedindo qualquer ato de liberdade pelos seus membros, sujeitos à formação e

---

<sup>130</sup> FLORES, Mário César. *Forças Armadas e o Regime Democrático*. Cf. **Revista Premissas**, caderno 19-20, maio/novembro de 1999. Campinas, São Paulo: Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE)/UNICAMP, p. 174.

normas doutrinárias homogeneizantes; esta teoria, utilizada na sala de aula do ensino militar, seria o fim da instituição, pois não há como conciliar autonomia com hierarquia e disciplina.

O Projeto EsPCEEx 2000 não foi aplicado na íntegra e a EsPCEEx aproveitou apenas a modernização que este apresentava, como o uso do computador pelos alunos, novas técnicas de aulas, um cadastro com dados pessoais dos alunos para ajudar na seleção para a AMAN, enfim, tudo o que não afetou as particularidades do ensino militar e contribuiu com a inovação tecnológica que o Exército precisava naquele momento, colocando fim à parceria (EsPCEEx – UNICAMP), no ano de 1997, e seguindo, com suas próprias pernas, o projeto de modernização, visando sempre um preparo e uma formação militar em consonância com as atitudes e desejos das Forças Armadas.

Apesar dessa parceria com uma instituição civil ter chegado ao fim, há uma incorporação gradativa de civis ao corpo docente da EsPCEEx, engajados no QCO e cursando a EsAEx para conhecer melhor o sistema educacional militar, algo inovador dentro do Exército, pois a diferença entre um professor com formação civil e outro com uma formação militar é nítida na sala de aula, a começar pela postura e o tom de voz.

A questão colocada no início, isto é, quem são os militares brasileiros apontou algumas respostas ao longo deste trabalho.

Embora o número de alunos tenha decaído nos últimos anos, a concorrência aumentou significativamente e metade das vagas, é direcionada aos alunos dos Colégios Militares, principalmente do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul; estas regiões, representam as mais desenvolvidas do país, proporcionando um nível de escolaridade aos jovens que é, na grande maioria, superior ao exigido pelo concurso da EsPCEEx, além de propiciar conhecimentos técnicos, voltados para a informática – elemento importante na utilização de computadores pelos alunos, um dos objetivos do Projeto EsPCEEx 2000 desenvolvido pela escola.

Há, portanto, na EsPCEEx, três universos distintos - os alunos dos Colégios Militares, dos Colégios Civis e os filhos de militares. Os primeiros não são necessariamente filhos de militares, mas têm um conhecimento mais abrangente da carreira militar; já os dos colégios civis, nem sempre possuem informações suficientes sobre o ensino militar e descobrem, aos poucos, na convivência escolar, além de demorarem mais para se adaptar; já os filhos de militares - representam a metade dos alunos - são filhos de oficiais subalternos e intermediários na maioria, e uma minoria, descende de oficiais superiores. Este número de filhos de militares não aumentou, consideravelmente, nos últimos anos, mantém-se equilibrado impossibilitando a endogenia nas escolas militares como afirmam alguns autores.

A grande maioria é formada por filhos da “classe média”, com renda familiar de seis a dez salários mínimos, chegando até acima de vinte e um salários mínimos; os pais têm um nível de escolaridade equivalente ao ensino médio e superior, chegando a qualificações profissionais específicas, havendo uma minoria de analfabetos que não chega a ser muito expressiva na análise geral.

Este é o perfil dos alunos da EsPCEEx dos últimos anos preparados e avaliados para a AMAN, onde serão moldados os futuros Oficiais do Exército Brasileiro. Todas as mudanças no ensino ministrado na EsPCEEx, aqui apontadas visam, em primeira instância, a preparar os quadros do Exército para o novo cenário internacional e nacional, pois a formação e a conduta militar dependem do que se deseja das Forças Armadas e estas, ao que tudo indica, querem um soldado capaz de responder aos desafios da nova ordem com solidariedade e subordinação.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS

- AGUIAR, Roberto A. R. de. **Os Militares e a Constituição**. Poder Civil e Poder Militar na Constituição. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem** A elite política imperial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**. O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CHACON, Vamirech. **Estado e povo no Brasil**: as experiências do Estado Novo e da democracia populista (1937-1964). Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1977.
- DOSSE, François. **A História à prova do tempo**: da História em Migalhas ao resgate do Sentido. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- FERREIRA, Oliveiros S. **Forças Armadas, Para Quê?** São Paulo: Edições GRD, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Vida e morte do Partido fardado**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.
- FLORES, Mário César. **Bases para uma política militar**. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.
- GOFFMAN, Erving. **Internados**. Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores, 1972.
- HARRIES-JENKINS, Gwyn & MOSKOS JNR, Charles C. **Las Fuerzas Armadas y la Sociedad**. Madri, Espanha: Alianza Editorial, 1984.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIEUWEN, Edwin et al. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1964.
- LUDWIG, Antônio C. Will. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

- MORAES, João Carlos K. Quartim de. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas, São Paulo: IFCH/Unicamp, 2001.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: Ed. Comp. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.
- NASCIMENTO, Maria E. Pompeu do. **A Pedagogia Freinet**. Natureza, Educação e Sociedade. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1995.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- ROSA, Sanny S. da. **Construtivismo e Mudança**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1984.
- SODRÉ, Nelson W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um Auto-retrato**. Brasília, Distrito Federal: Ed. UNB, 1983.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

## CAPÍTULOS DE LIVROS

- A teoria de Piaget*. In: CARMICHAEL. **Manual de Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro. EPU/EDUSP, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In. FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1978, livro 2º, Cap. V, vol. 2, tomo III.
- PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e Política no Brasil. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.

Weber, Max. A Política como Vocação. In: **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999.

## PERIÓDICOS

AZEVEDO, Pedro Ernesto Mariano de. *Militares, você os conhece...* **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol. 135, 2º trimestre de 1998, p. 99-103.

BASTOS, Nialdo N. de Oliveira (Gen.). *Uma Proposta de Preparação do Aluno*. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 1990, p. 23-28.

BLASI, Francisco (Cel.). *Um Pouco da História da Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Uma Explicação Necessária*. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 1990, p. 33-38.

CAPPELLANO, Jorge L. Pavan (Cel.). *A Escola Preparatória de Cadetes do Exército e a Modernização do Ensino*. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2000, p. 16-18.

CASTRO, Celso. *A origem social dos militares. Novos dados para uma antiga discussão*. **Novos Estudos Cebrap**, nº 37, nov. de 1993, p. 225-231.

\_\_\_\_\_. *Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 07, nº 14, 1994, p. 231-240.

CYRILLO, Luiz Cláudio (Ten. Cel.). *O corpo de alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército*. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2001, p.17-22.

COSTA, Antonio F. Gomes da (Maj.). *Perfil profissiográfico, sua aplicação no processo educacional*. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Bibliex, nº 742, ano LXXVII, març/abr.1989, p. 68-75.

DOMINGOS, Manuel. *A disputa pela Missão que mudou o Exército*. **Revista Estudos de História**. Franca: FHDSS, vol. 08, nº 01, 2001, p. 197-216

FLORES, Mário César. *Forças Armadas e o Regime Democrático*. **Revista Premissas**. Campinas, São Paulo: Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) / UNICAMP caderno 19-20, maio/novembro de 1999, p. 153-178.

GLEUBER VIEIRA, (General do Exército). *Orientações gerais ao Exército*. **Revista Verde-Oliva**. Brasília, Distrito Federal: CCOMSEX, nº 168, jan/abr. 2000, p. 04-11.

MARTINS, Janae G. et al. *A Transformação do Ensino através do uso da tecnologia na educação*. **Anais do XIX Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Computação**. Vol. I, p. 571-579.

PINTO, Tavírio de Lima Villaça (Cel.). *À EsPCEEx com carinho*. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 1990, p. 43-44.

REB. *Formação Militar: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx)*. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº126, abr./jun., 1989, p. 94.

SOTTO, Marco Aurélio (Maj.). *Histórico da EsPCEEx*. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2000, p. 77-78.

STURARI, Raul J. de Abreu (Cel.). *A EsPCEEx e a formação do Oficial combatente do século XXI*. **Revista Pedagógica**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2000, p. 10-15.

---

\_\_\_\_\_. *O cronograma estruturado por unidades didáticas*. **Revista Pedagógica da EsPCEEx**. Campinas, São Paulo: Ed. EsPCEEx, 2001, p. 10-16.

## **DISSERTAÇÕES E TESES**

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **A educação e a formação militar de nível médio: a EsPCEEx – análise de alguns elementos**. São Paulo: UFSCAR, 1990. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Valeriano M. Ferreira. **Ressentimento e Revolta**. Formação Cultural e Radicalização Política dos Jovens Oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889. São Paulo: FFLCH/USP, 1990. (Dissertação de Mestrado).

KUHLMANN, Paulo R. Loyolla. **O serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

LUDWIG, Antonio C. Will. **A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática**. Campinas, São Paulo: FE/UNICAMP, 1992. (Tese de Doutorado).

ROSSI, Regiane Aparecida. **Vocação, tradição ou profissão?: um estudo sobre a escolha profissional e a evasão escolar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército**. Campinas, São Paulo: FE/UNICAMP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Samuel Alves. **Militares e Pensamento Político: análise de Monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

## DOCUMENTOS

ALMANAQUE DE OFICIAIS, EGGCF, 1994. In: SOARES, Samuel Alves. **Militares e Pensamento Político: Análise de Monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

ARQUIVOS DA SEÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DA EsPCEEx.

BRASIL: MEC – Lei 9394/98. Art. 83.

*ATREFA – Acompanhamento do Treinamento Físico do Aluno*. In: PEREIRA, Augusto H. Ribeiro Cel., & FINI, Maria Inês. **Projeto EsPCEEx 2000: Parceria da Escola com a Qualidade**. Campinas, São Paulo, 1995.

DA HABILIDADE E DA CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS. CAPÍTULO III. In: **Regulamento da EsPCEEx (R-114)**, 2002.

DA SITUAÇÃO DO MILITAR. CAPÍTULO I. In: **Regimento Interno da EsPCEEx**, 2002.

DECRETO N° 3.182, de 23 de setembro de 1999, CAPÍTULO III – Da Organização, Art. 10, II.

DIRETRIZES PARA A REFORMULAÇÃO CURRICULAR NA ÀREA DO DEP. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria Nr 28, jun. 1997.

DO REGIME DISCIPLINAR. CAPÍTULO III. In: **Regulamento Disciplinar do Exército (R – 114)**, 2002.

ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO. CAPÍTULO III. In: **Diretrizes para a reformulação curricular na área do DEP**. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria Nr 28, jun. 1997.

EME – ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. Extrato da Lei do Ensino Militar, 1ª Subchefia, dez. 1997.

MANUAL PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO A EsPCEEx, 2000.

ESTATUTO DOS MILITARES. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei n° 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO. Quadro Complementar de Oficiais. Brasília, Distrito Federal, ano XLV, n° 9.895, out. 200, p. 01-04.

PEREIRA, Augusto H. Ribeiro Cel., & FINI, Maria Inês. **Projeto EsPCEEx 2000: Parceria da Escola com a Qualidade**. Campinas, São Paulo, 1995.

PORTARIA Nr 25/DEP, de 06 de set. 95 e OFÍCIO Nr 367/A2/DEP – circ. de 21 nov. 96 (ORDENS PREPARATÓRIAS). In: **Diretriz para reformulação curricular na área do DEP**.

*POV – Programa de Orientação Vocacional*. In: PEREIRA, Augusto H. Ribeiro Cel., & FINI, Maria Inês. **Projeto EsPCEEx 2000: Parceria da Escola com a Qualidade**. Campinas, São Paulo, 1995.

PLANO DE AULA. Disciplina de História do Brasil da 3ª série do ensino médio da EsPCEEx, 2001.

PLANO DE DISCIPLINA. Instrução Militar e Treinamento Físico da 3ª série do ensino médio da EsPCEEx, 2000.

REGULAMENTO DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (R-114), jan. 2002.

*SIPA - Sistemática de Informações para Construir o Perfil do Aluno*. In: PEREIRA, Augusto H. Ribeiro Cel., & FINI, Maria Inês. **Projeto EsPCEEx 2000: Parceria da Escola com a Qualidade**. Campinas, São Paulo, 1995.

#### SITES CONSULTADOS

[www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br)

[www.espceex.unicamp.br](http://www.espceex.unicamp.br)